

# OS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA NO ESTADO DO MARANHÃO

YARA DE JESUS PINHEIRO DOS PRASERES

Orientadora: Maria de Lourdes T. B. Wiendl

Dissertação apresentada à Escola Superior  
de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Uni-  
versidade de São Paulo, para obtenção do  
Título de Mestre em Ciências Sociais Rurais.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Setembro, 1976

*Ao Alvanir,*

*À Sabrina,*

*À Conceição, minha mãe,*

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

- À Profa. *Maria de Lourdes T.B. Wiendl*, pela orientação precisa e oportuna.
- Aos professores José Molina Filho e Maria Igues Guerra Molina, pelas críticas e sugestões apresentadas.
- Ao Dr. Raimundo João Barbosa Pinheiro, ex-Secretário Executivo da ACAR - MA., pela oportunidade a mim concedida.
- Ao Dr. João Batista da Silva Braga, Diretor-Presidente da EMATER - MA. e demais membros da Diretoria desta entidade.
- Aos meus colegas do Curso e indistintamente a todos os professores do Pós-Graduação pelos fundamentais ensinamentos recebidos.
- À Fundação FORD, pelo financiamento parcial deste trabalho.
- À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo.
- À Socióloga Rosalba Almeida Moledo, pela colaboração prestada.
- À Cleusval Bissi, Lázaro Martins e Pedro Scardua, pelo cuidadoso trabalho de datilografia e impressão, à Sra. Margaret P. Wagner, pela versão inglesa do "Summary".
- À todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho.

## Í N D I C E

	<u>Página</u>
RESUMO . . . . .	vii
1. INTRODUÇÃO . . . . .	01
1.1. Importância do problema . . . . .	01
1.2. Objetivos . . . . .	04
2. REVISÃO DE LITERATURA. . . . .	06
3. METODOLOGIA. . . . .	12
3.1. Escolha da área . . . . .	12
3.2. O Estado do Maranhão e a microrregião Mearim.	13
3.3. Descrição dos programas de capacitação de mão- -de-obra . . . . .	20
3.4. Origem e coleta dos dados . . . . .	22
3.5. Amostra . . . . .	24
3.6. Definição e operacionalização das variáveis..	26
3.7. Processamento dos dados e procedimentos esta- tísticos. . . . .	28
4. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS..	29
4.1. Caracterização sócio-econômica da mão-de-obra treinada. . . . .	29
4.2. Adequação dos treinamentos às atividades agrí- colas da microrregião e das pessoas treinadas	41
4.3. Efeitos do treinamento na absorção de mão-de- -obra treinada. . . . .	52
5. CONCLUSÕES . . . . .	71
SUMMARY. . . . .	76
LITERATURA CITADA. . . . .	78



ÍNDICE DAS TABELAS

<u>Tabela</u>		<u>Página</u>
01	- Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo o número e a área. Maranhão - 1970.	14
02	- Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo o número e a área. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970. . . . .	16
03	- Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo a área e a condição do produtor. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970 . . . . .	17
04	- Distribuição dos cinco principais produtos, agrícolas, segundo a produção, área cultivada, valor da produção e participação sobre a produção do Estado. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970 . . . . .	18
05	- Participação da Microrregião Mearim no rebanho efetivo do Estado do Maranhão - 1970 ...	19
06	- Participação da microrregião Mearim na produção leiteira do Estado do Maranhão - 1970 ..	20
07	- Distribuição numérica e percentual das pessoas treinadas e entrevistadas, por município. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970..	25
08	- Distribuição dos entrevistados, segundo as categorias ocupacionais. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	30
09	- Distribuição dos entrevistados, segundo o grau de escolaridade. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	32
10	- Distribuição dos entrevistados, segundo os grupos de idade. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	34
11	- Distribuição dos entrevistados, segundo a relação com a atividade agrícola. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	35

<u>Tabela</u>	<u>Página</u>
12 - Distribuição dos entrevistados, por área explorada, segundo a categoria ocupacional. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	37
13 - Distribuição dos entrevistados, segundo a relação de trabalho utilizada na unidade produtiva. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975.	38
14 - Distribuição dos entrevistados, segundo a renda agrícola bruta. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	41
15 - Distribuição dos entrevistados, segundo a atividade básica e o treinamento feito. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	44
16 - Distribuição dos entrevistados, segundo a atividade de exploração e a relação com os treinamentos feitos. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	45
17 - Principais produtos agropecuários, segundo o nível de produção e comercialização. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	47
18 - Distribuição dos entrevistados que vendem eventualmente a força de trabalho, segundo a área explorada e opinião sobre abertura de mercado de trabalho. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	53
19 - Distribuição dos entrevistados que vendem eventualmente força de trabalho, segundo o salário/dia e a área explorada. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	56
20 - Distribuição dos entrevistados que vendem eventualmente força de trabalho, segundo a área explorada e opinião sobre melhoria de salário. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975	57
21 - Perspectivas dos entrevistados que têm como atividade básica a agricultura, em relação a permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975.	58

<u>Tabela</u>		<u>Página</u>
22	- Perspectivas dos entrevistados que têm como atividade básica a agricultura e pecuária, em relação à permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975 . . . . .	61
23	- Perspectivas dos entrevistados pecuaristas, em relação à permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim, Maranhão - 1975. . . . .	62
24	- Opinião dos entrevistados que contratam eventualmente mão-de-obra, em relação à preferência por mão-de-obra treinada, segundo a área explorada. Microrregião Mearim, Maranhão, 1975 . . . . .	64
25	- Distribuição dos projetos agropecuários aprovados para o Estado do Maranhão, com recursos dos Artigos 34/18 e PROTERRA, segundo a natureza da exploração, área ocupada, valor total do investimento e número de empregos criados. Maranhão - 1967/75 . . . . .	67
26	- Distribuição dos projetos agropecuários aprovados para a microrregião Mearim, com recursos dos Artigos 34/18 e PROTERRA, segundo a natureza da exploração, área ocupada, valor total do investimento e número de empregos criados. Microrregião Mearim, Maranhão - 1967/75.	70

## RESUMO

Dado o fato da agricultura brasileira ter o seu crescimento mais expressivo pelo aumento da área cultivada, do que pelo aumento de sua produtividade física, a importância da qualificação dos recursos humanos neste setor, tem sido atualmente uma das grandes preocupações das políticas econômico sociais do país, devido a significância que assume na adoção de novas tecnologias, cujo objetivo é a elevação da produtividade.

A mão-de-obra disponível no setor, precisa portanto ser qualificada. Para tanto, as tarefas que visam sua qualificação, devem ser formuladas e implantadas numa estratégia de intervenção. A ação dos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra, PIPMO e PROJETRANS, está nessa linha de intervenção, visando um melhor nível de qualificação da mão-de-obra, para as ocupações no setor primário.

O estudo do desempenho desses programas, constitui a finalidade do presente estudo, considerando sobretudo: 1) as principais características da mão-de-obra treinada;

2) a adequação dos treinamentos à agricultura da região e das pessoas treinadas e, 3) os efeitos do treinamento na absorção dessa mão-de-obra.

Com respeito à caracterização da mão-de-obra foram consideradas as variáveis seguintes: a) categoria ocupacional; b) grau de escolaridade, c) idade; d) relação do treinamento com a agricultura; e) áreas exploradas, f) relações de trabalho e g) renda agrícola bruta. Na análise de adequação dos treinamentos à agricultura da microrregião e das pessoas treinadas, consideram-se: a) os aspectos relacionados às principais explorações agropecuárias da microrregião e os treinamentos nela realizados e b) as principais explorações agropecuárias dos treinados e os treinamentos feitos.

Na absorção da mão-de-obra, foram considerados na análise os aspectos relacionados a: facilidade de emprego; b) salário recebido e melhoria salarial, c) perspectivas do treinado em relação à permanência na ocupação, d) preferência do empregador por mão-de-obra treinada e, e) empregos criados pelos projetos agropecuários aprovados para o Estado e microrregião.

A área selecionada para o estudo é constituída pelos municípios de Bacabal, Pedreiras, Lima Campos e Igarapé Grande que fazem parte da microrregião Mearim, do Estado do Maranhão. A mão-de-obra treinada nos municípios selecionados, atinge mais de 70% do total de mão-de-obra treinada na microrregião e cerca de 11% da treinada no Estado.

Os dados para o presente estudo, são oriundos de 120 formulários aplicados às pessoas treinadas pelo PIPMO e PROJETRANS e referem-se ao ano agrícola de 1974/75, tendo sido coletados através de amostragem ao acaso. Entretanto, para análise da absorção de mão-de-obra, através dos projetos agropecuários, foram utilizados dados de fonte secundária.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Importância do problema

O crescimento da agricultura no país como um todo, tem se dado mais expressivamente pelo aumento da área cultivada do que pelo aumento de sua produtividade. A maior produção agrícola através do aumento da produtividade, poderia acarretar não só maior capitalização do setor, como também exigiria um nível de capacitação da mão-de-obra agrícola coerente com as necessidades de tecnologia para alcançar essa produtividade.

De acordo com *ALVES (1976:1)*, havendo a pretensão de desenvolver o setor agrícola brasileiro, é necessário a introdução de novas tecnologias que exigem o emprego de mão-de-obra qualificada, fazendo-se necessária sua preparação em todos os níveis do trabalho agrícola.

Assim, a mão-de-obra desempenha importante fun

ção na agricultura e, apesar de abundante no setor agrícola brasileiro em geral, apresenta baixos níveis de qualificação, o que muito tem dificultado, além dos fatores relacionados à estrutura fundiária, o alcance de níveis satisfatórios de produtividade e produção necessários ao desenvolvimento agrícola.

Os recursos humanos disponíveis no setor, precisam, portanto, ser formados e qualificados. Para tanto, as tarefas que visam sua formação e qualificação devem ser formuladas e implantadas numa estratégia de intervenção.

"O que ensinar" tem sido uma das maiores preocupações daqueles que elaboram diretrizes para os programas de capacitação de mão-de-obra rural.

O desenvolvimento do setor agrícola requer, dentre outros fatores, a educação dos trabalhadores e a assistência técnica à população. Nesse sentido é que devem ser analisados os aspectos relacionados aos programas de capacitação, principalmente no que diz respeito à adequação desses programas ao nível do público para o qual se dirigem, ou seja, se está sendo considerado o contexto sócio-econômico da população.

As experiências de treinamento de mão-de-obra rural, têm se caracterizado pela transmissão única e exclusiva de inovações tecnológicas sob uma ótica parcial, que não globaliza a ocupação como um todo, visando exclusivamente maior produção e produtividade (EMBRATER, 1975:5).

Visto de maneira superficial, o problema de capacitação rural, parece ser relativamente simples. Entretanto, o desenvolvimento do setor agrícola, significa mais que apenas o incremento da população agrícola. Supõe uma distribuição mais equitativa de renda, melhores padrões de vida e,

consequentemente, maior integração da população na sociedade global (*BARRACLOUGH, 1973:1*).

"A questão do conhecimento de uma maior reflexão e análise da situação do homem no meio rural, se restringe diante da necessidade de fazer melhor em função de toda uma corrente fomentista. Os aspectos sócio-culturais que envolvem o homem e suas interferências na sua vida, não tem sido levadas em consideração" (*EMBRATER, 1975: 5*).

As tecnologias agrícolas, relativamente improdutivas, devem ser substituídas por outras mais eficazes, baseadas na ciência moderna. Os agricultores minifundiários e os trabalhadores agrícolas sem terra devem tornar-se mais produtivos, utilizando mais insumos, bens de consumo e serviços oriundos do setor não agrícola. O que vem justificar a qualificação dessa população para que se possa proceder a referida substituição de tecnologias.

Além dessas colocações, merecem ser consideradas as condições reais de absorção da população treinada, em qualquer programa de capacitação de mão-de-obra.

No setor rural Nordestino, onde a absorção de mão-de-obra ocorre, em grande parte, sob a forma de subemprego, o qual afeta especialmente os proprietários das empresas subfamiliares, agricultores sem terra e assalariados, verifica-se um excedente de força de trabalho agrícola, que no ano de 1970 foi de 989.000 famílias, em terras cadastradas (*DAPOTE, 1972: 117*).

Baseado nessa situação o Governo Federal criou mecanismos tais como os Incentivos Fiscais dos Artigos 34/18(vi de Apêndice) e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), visando dentre outros objetivos o de implantação de Projetos Agropecuários nessas regiões. Dentre outras finalidades de tais mecanismos está a de absorver mão-de-obra nessas áreas caracterizadas por excedentes de força de trabalho agrícola.



## 1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral: estudar o desempenho dos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola no Estado do Maranhão

### 1.2.2. Objetivos específicos

- Caracterizar a mão-de-obra treinada, segundo o seu nível sócio-econômico, considerando as seguintes variáveis: grau de escolaridade, idade, relação do treinado com a agricultura, categoria ocupacional, área explorada, tipos de relação de trabalho e renda agrícola bruta.
- Verificar a adequação dos treinamentos em relação as:
  - principais explorações agropecuárias da região e,
  - principais explorações agropecuárias das pessoas treinadas.
- Verificar o efeito dos treinamentos na absorção da mão-de-obra, considerando os seguintes aspectos:
  - facilidade de emprego,
  - melhoria de salário,

.5.

- perspectiva do treinado em relação a permanência na ocupação,
- .. preferência do empregador por mão-de-obra treinada,
- ... projetos agropecuários e empregos criados.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Existe escassez de estudos empíricos relacionados diretamente ao desempenho dos programas de capacitação de mão-de-obra agrícola, principalmente dando enfoque aos aspectos considerados no presente estudo.

Neste capítulo, faz-se referência a alguns trabalhos ligados não só à qualificação da mão-de-obra agrícola, como também à importância do capital humano, considerando a necessidade de sua formação para o desenvolvimento. Tais trabalhos auxiliarão nas análises que se pretende realizar no presente estudo.

Muitos autores têm salientado a formação do capital humano, como um dos fatores importantes na determinação do ritmo de expansão econômica e social de um país.

*HAUSER (1965: 12)*, por exemplo, destaca, entre os quatro fatores demográficos que retardam o crescimento econômico de um país, o potencial humano inadequadamente instruí

do ou treinado, especialmente os trabalhadores.

O elemento humano qualificado é também apontado por *HARBISON e MYERS (1965)* como o elemento principal do processo de desenvolvimento de um povo. Evidenciam o preparo de recursos humanos de "alto nível", dando maior destaque à educação formal.

Para *COOMBS e AHMED (1975: 8)*, a educação não formal é, dentre outros, fator importante no processo de desenvolvimento. Definem a educação não formal, como sendo aquela cujos ensinamentos são ministrados fora das estruturas do sistema oficial, porém organizada, sistematizada, objetivando facilitar certos ensinamentos à população adulta e jovem, incluindo os programas de Extensão Rural e de capacitação de agricultores, alfabetização de adultos, etc..

*VILAÇA (1967: 181)*, analisa quantitativa e qualitativamente a força de trabalho brasileira, concluindo que o elemento humano constitui o agente exclusivo da atividade econômica. Um programa de desenvolvimento econômico não estará completo se não propuser medidas que permitam aumentar e melhorar a força de trabalho nacional, devendo ser consideradas, no caso brasileiro, as desigualdades regionais, para efeito de qualquer programação relacionada à mão-de-obra.

Segundo *BARRACLOUGH (1973: 3)*, existe um acordo no mundo de que o desenvolvimento rural requer a educação e a assistência técnica da população rural, tanto como meio de desenvolvimento, como uma das metas do processo em si. Apesar de muitos recursos dedicados à capacitação, é surpreendente como tem sido pouco debatido o assunto, principalmente sobre a forma em que devem organizar-se os programas de capacitação, a metodologia que devem seguir e o seu conteúdo. O autor aponta, como uma das razões dos programas de capacitação de mão-de-obra rural não terem sido satisfatórios na América Latina, o fato de que frequentemente tais progra-

mas não estão baseados numa análise adequada, a respeito do tipo de capacitação que os treinandos realmente desejam e precisam. A mão-de-obra é preparada para empregos que não existem. Aos agricultores são ensinados métodos de exploração que não são práticos. Geralmente os programas de capacitação não têm relação nem com as necessidades presentes da comunidade, nem com as necessidades previsíveis.

Abordando ainda o tema de capacitação de recursos humanos, *BREJON (1968: 13)* constatou que no Brasil, muitos problemas relacionados com o desenvolvimento desses recursos, ainda aguardam melhor formulação e solução. Há ausência de diretrizes gerais orientadoras que se destinem ao estabelecimento de eficiente política de formação, aperfeiçoamento e boa utilização dos recursos humanos. O estudo dos seus aspectos qualitativos e quantitativos, das solicitações mais prementes de mão-de-obra e das projeções destas a curto, médio e longo prazos, constitui significativa contribuição ao planejamento educacional, no que se relaciona com a preparação de mão-de-obra para a economia do país.

*MORAIS (1967: 9)* considerou alto o grau de analfabetismo e baixo o nível de qualificação para o trabalho agrícola, encontrados entre as pessoas ocupadas no setor agrícola, no Estado de São Paulo. Sugere programas de capacitação voltados para a mão-de-obra rural, face à situação de transição verificada na agricultura paulista. Tal capacitação, deve conscientizar os produtores de sua importância no conjunto do Estado, para a defesa de seus interesses, diminuindo assim a desvantagem que a agricultura vem sofrendo nos últimos anos em relação aos demais setores da economia.

O valor da educação como fonte de aumento de produtividade é destacado por vários autores dentre os quais *WELCH (1970: 35)*, que distingue dois efeitos principais: o "efeito do trabalhador" e o "efeito alocativo". O primeiro

se refere ao fato de que a educação permite ao trabalhador a obtenção de melhores resultados dos recursos disponíveis. O segundo se relaciona ao fato de que um nível mais elevado de educação permite ao agricultor adquirir e decodificar a informação a respeito dos custos e das características produtivas de novos insumos. Se as pessoas que receberam maior grau de educação são mais capazes de distinguir mais rapidamente entre os elementos aleatórios e os elementos sistemáticos das respostas aos estímulos de produtividade, então, num contexto dinâmico, as pessoas mais educadas tendem a ser mais produtivas.

A produtividade do trabalho é também relacionada com a idade da população. Segundo *LOPES (1974: 78)*, uma das razões para os baixos níveis de produtividade e de renda, na área do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, liga-se a idade da população. Os dados obtidos no seu estudo, revelaram que a idade média é bastante avançada e os resultados estatísticos sugerem que o aumento da idade reduz tanto a produtividade do trabalho como a da terra. A participação na atividade econômica de pessoas em idades marginais, tanto superior a 60 anos como inferior a 15 anos, de acordo com *ELIZAGA (1971)*, depende consideravelmente de fatores econômicos e sociais. Nos países de economia subdesenvolvida, com população rural dominante, utiliza-se uma proporção importante de mão-de-obra infantil, em idade inferior a 15 anos (às vezes inferior a 10 anos). A participação na atividade econômica de pessoas em idade avançada (maiores de 60 ou 65 anos) é também maior nos países subdesenvolvidos, principalmente no trabalho agrícola, pois a população rural prolonga sua atividade enquanto se acha fisicamente hábil para trabalhar.

De acordo com *CAPELATO (1971: 79)*, a produtividade do trabalho aumenta, quando o indivíduo desempenha seu trabalho eficientemente, e este padrão de eficiência é adquirido quando ele possui conhecimentos e habilidades suficien-

tes para o desempenho de suas tarefas, proporcionadas pela experiência adquirida em treinamentos.

O individuo treinado é, portanto, beneficiado pelo aumento da produtividade de seu trabalho, como também au fere outros benefícios de ordem social e econômica.

Tais benefícios são apontados por *FISCHLOWITZ (1970)* e *BOLOGNA (1972)*, como melhoria da produtividade do trabalho e promoção profissional e social do treinado, incluindo maiores retribuições salariais.

No Brasil, são quase inexistentes estudos em-píricos que constatem os benefícios diretos, indiretos proporcionados pelo treinamento à mão-de-obra rural. Entretanto, para o setor secundário, os trabalhos de *HOROWITZ e ZYMELMAN (1967)* e da *FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1971)* revelaram aumento significativo dos salários dos trabalhadores das indústrias, promoção a cargos mais elevados e maior eficiência do trabalho após o treinamento.

*ALVES (1976: 108)* conclui que o treinamento é fonte de promoção econômica, visto que trabalhadores agrícolas treinados obtêm maior renda que os não treinados, elevan do também o nível de qualificação técnica. Além destes resul tados, seu estudo confirma que há racionalidade por parte do empresário e/ou administrador quanto ao emprego dos trabalha dores de maior nível de qualificação apenas em atividades da cultura que exigem esse tipo de mão-de-obra.

As condições de absorção de mão-de-obra na a-gricultura brasileira em geral, tem sido motivo de muitos tra balhos, dentre os quais pode ser salientado o de *CARVALHO (1973: 55)*, que estudando o subemprego de mão-de-obra rural no Estado do Espírito Santo, evidencia a necessidade de pro gramas de treinamento que visem capacitar essa mão-de-obra, principalmente os jovens, no sentido de prepará-los para o

desempenho mais produtivo de suas atividades. Sugere que, pelo menos a curto prazo, não são recomendáveis os programas de treinamento com objetivos migratórios, ou seja, aqueles cujos conteúdos se destinam à preparação de parte da mão-de-obra com potencialidade para migração aos centros urbanos. Treinamentos que visem a absorção do homem no campo, são mais recomendáveis, para o Estado, a curto e médio prazos.



### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Escolha da área

A área selecionada para estudo é constituída dos municípios de Bacabal, Pedreiras, Lima Campos e Igarapé Grande da microrregião Mearim, Estado do Maranhão. A razão dessa escolha se deve ao fato da microrregião Mearim ter apresentado o maior número de pessoas treinadas pelos programas oficiais de capacitação de mão-de-obra: PIPMO e PROJETANS.

O número de treinados no setor primário do Estado, no período 1971/1974, por esses programas foi de 19.568, sendo que na microrregião Mearim foram treinados 2.971 pessoas representando cerca de 15% dos treinados no Estado. Nos quatro municípios escolhidos para o estudo o número de treinados foi de 2.132 o que representa 70% dos treinados na microrregião e 11% dos treinados no Estado.

### 3.2. O Estado do Maranhão e a microrregião Meraim

O Estado Maranhão situado na região Nordeste do país, com uma superfície de 332.147 km<sup>2</sup> e uma população de 3.037.135 habitantes, com uma densidade demográfica de 11,7 hab./km<sup>2</sup>, ultrapassando a do Brasil, que é da ordem de 10,9 hab./km<sup>2</sup> e, sendo inferior à densidade demográfica do Nordeste, 17,3 hab./km<sup>2</sup>.

No ano de 1970, 75% da população era rural. O que evidencia a debilidade do Setor Secundário do Estado, representado quase que exclusivamente por agro-industriais de pequena capacidade para absorção do excesso de mão-de-obra. Alia-se ainda à fragilidade do Setor Secundário, o fato do Setor Serviços ter a sua expansão a taxas menores que o da população, assim como a limitação do Poder Público em ampliar o número de empregos, através dos serviços que presta à comunidade maranhense.

A agricultura no Maranhão, enfrenta todos os obstáculos peculiares a regiões subdesenvolvidas, caracterizando-se por uma estrutura fundiária rígida, excesso de mão-de-obra, emprego de tecnologia rudimentar, mecanismos de comercialização com o predomínio da intermediação, o que consequentemente influi no baixo padrão de vida da população e nos baixos níveis de produtividade e produção agrícolas do Estado.

O processo de exploração das terras, desde os seus primórdios, não fugiu ao modelo que seguiu o país em seus ciclos econômicos. A ocupação das terras no Maranhão, se fundamentou na implantação de empresas agrícolas comerciais, ocupando vastas extensões de terras, com base no trabalho escravo e no total controle da posse da terra por parte de uma minoria privilegiada.

A grande propriedade monocultora, foi, portanto, a base da estrutura econômica do Estado. Predominava então o sistema de grandes lavouras, voltado para a exploração em larga escala, de produtos de alto valor comercial, como o algodão e a cana de açúcar.

Atualmente, por explorar basicamente as chamadas culturas de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca) o Estado tem a sua agricultura afetada pelas distorções de ordem estrutural, devidas ao tratamento diferencial dado a este tipo de agricultura, em oposição ao dado à agricultura comercial.

A Estrutura Fundiária, no ano de 1970, de acordo com a Tabela 1, reflete ainda o processo histórico de ocupação das terras no Estado. Os dados demonstram uma elevada concentração da propriedade, semelhante à situação verificada em séculos passados.

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo o número e a área. Maranhão - 1970.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área total	
	número	%	ha	%
Menos de 10	337.888	87,6	603.261	5,7
De 10 a menos de 50	21.975	5,7	527.234	4,9
De 50 a menos de 500	21.567	5,6	3.426.889	32,2
De 500 a menos de 1000	2.452	0,6	1.655.269	15,6
Mais de 1000	1.883	0,5	4.421.227	41,6
Total	385.765	100,0	10.633.880	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário do Maranhão, 1970.

A economia maranhense, é alicerçada principalmente na agricultura, que apresenta certa diversificação de produtos, dentre os quais merece realce o arroz por sua forte contribuição na formação do produto agrícola do Estado.

A participação do Maranhão, na produção nacional do arroz, é da ordem de 10%, o que evidencia uma produção largamente expressiva.

Em menor proporção, o Estado produz algodão, milho, mandioca, feijão, cana de açúcar, fumo e mamona, que também contribuem para a formação da renda, ao mesmo tempo que são fonte de emprego. Entretanto, estes produtos não ocupam a posição de destaque que tem o arroz na produção agrícola nacional.

A pecuária apresenta-se diversificada, e as criações principais são constituídas por bovinos, suínos, caprinos e ovinos. Destaca-se a bovinocultura pela expressividade do seu rebanho, que ocupa o oitavo lugar no rebanho efetivo do país. *ACAR-MARANHÃO (1972, p.151)*.

A expansão da fronteira agrícola, a implementação de programas de aumento da produtividade e da produção visando uma melhoria significativa da tecnologia empregada e a implantação de projetos agropecuários no Estado, sugerem uma análise da mão-de-obra em processo de qualificação na região, onde os programas de capacitação têm atingido a parte mais significativa da população.

A microrregião Mearim, uma das 16 microrregiões homogêneas do Estado, tem uma população de 324.539 habitantes, o que representa cerca de 11% da população do Estado, com uma densidade demográfica de 33,2 hab./km<sup>2</sup>.

Em relação à sua Estrutura Fundiária, contava a microrregião no ano de 1970, com 49.976 estabelecimentos, nu

ma área de 826.398 ha. A grande maioria dos estabelecimentos (92,8%), segundo Tabela 2, tem área inferior a 50 ha., representando 19,6% da área total. Ressalta-se os estabelecimentos menores que 10 ha que representam 85,9% do total de estabelecimentos, ocupando apenas 9,5% da área total. Enquanto que os estabelecimentos de 500 a menos de 1000 ha e de mais de 1000 ha, que representam respectivamente 0,3 e 0,2% do número de estabelecimentos, ocupam mais de 30% da área total, o que indica uma alta concentração da terra na microrregião em estudo. Comparando a situação encontrada na região, com o que se verifica no Estado, observa-se que apesar dos dados para a microrregião indicarem concentração da terra, para o Estado a situação é ainda mais grave, visto que os estabelecimentos de 500 a menos de 1000 ha e os de mais de 1000 ha, ocupam mais de 57% da área total. (Tabela 1).

Tabela 2. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo o número e a área. Microrregião Mearim, Ma. - 1970.

Grupos de de área (ha)	Estabelecimentos		Área total	
	número	%	número	%
Menos de 10	42.933	85,9	78.694	9,5
De 10 a menos de 50	3.460	6,9	83.014	10,1
De 50 a menos de 500	2.607	5,2	327.731	39,6
De 500 a menos de 1000	144	0,3	95.608	11,6
Mais de 1000	94	0,2	241.351	29,2
Sem declaração de área	738	1,5		
Total	49.976	100,0	826.398	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário do Maranhão, 1970.

Os dados da Tabela 3, indicam a distribuição dos estabelecimentos por área de acordo com a condição do produtor, possibilitando a visão do número de estabelecimentos próprios, arrendados em regime de parceria e ocupados, com suas respectivas áreas.

A proporção dos estabelecimentos próprios segundo a área ocupada, provavelmente indica a participação dos grandes estabelecimentos próprios, acima de 500 ha, uma vez que o índice de ocupação é de 88% da área total. Os dados relacionados às categorias de estabelecimentos arrendados e em regime de parceria, sugerem a existência de grande número de pequenos estabelecimentos (provavelmente de menos de 10 ha), tendo em vistas os percentuais da área total que estas categorias ocupam, 2,7 e 0,3%, respectivamente. O número de estabelecimentos explorados por ocupantes é muito expressivo, na microrregião (7,7% da área total), indicando a presença de grandes áreas de terras públicas no Estado.

Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo a área e a condição do produtor. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970.

Condição do produtor	Estabelecimentos		Área	
	número	%	ha	%
Proprietário	8.186	16,4	727.627	88,1
Arrendatário	19.652	39,3	32.374	3,9
Parceiro	1.347	2,7	2.346	0,3
Ocupante	20.791	41,6	63.960	7,7
<b>Total</b>	<b>49.971</b>	<b>100,0</b>	<b>826.398</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário do Maranhão, 1970.

A produção agrícola é apresentada na Tabela 4, contendo os cinco principais produtos da microrregião - arroz, milho, feijão, mandioca e banana - nos quais está assentada a sua economia. No sentido de melhor situar a região na produção agrícola do Maranhão, em relação a esses produtos, inclui-se na tabela a percentagem da participação desses produtos sobre a produção total do Estado.

Tabela 4. Distribuição dos cinco principais produtos agrícolas, segundo a produção, área cultivada, valor da produção e participação sobre a produção do Estado. Microrregião Mearim, Maranhão - 1970.

Produto	Quantidade produzida T	Área cultivada ha	Valor da produção \$ 1000	% Produção do Estado
Arroz	122.845	85.096	35.877	18,9
Milho	18.369	57.943	3.421	13,5
Feijão	3.526	15.523	3.046	15,8
Mandioca	44.926	11.151	2.918	5,5
Banana (a)	1.871.774	2.829	1.673	23,7

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário do Maranhão, 1970.

A Tabela 4 indica uma participação expressiva da microrregião na produção agrícola do Estado, destacando-se principalmente o arroz, que é o produto básico da economia maranhense, cuja participação é de cerca de 19%, e a banana com a participação de mais de 23%, o que justifica a situação da região, como a mais expressiva do Estado em bananicultura.

No que diz respeito a pecuária, a participação da microrregião no rebanho efetivo do Estado é demonstrada pela Tabela 5, destacando-se a bovinocultura pela importância do seu rebanho, que ultimamente vem sofrendo forte incremento. As condições mesológicas, associadas às condições de mercado, fazem com que a criação de bovinos apresente forte tendência de domínio sobre outras atividades agropastoris.

A suinocultura participa com 7,7% e é uma atividade característica de médios e pequenos agricultores, cujo objetivo principal é suplementar a dieta alimentar e no caso de haver excedente, comercializá-los nos centros urbanos. No que se refere a ovinos e caprinos, a microrregião possui rebanho efetivo relativamente pequeno. Entretanto, tais criações também representam fontes de proteínas para as populações rurais e urbanas, e são exploradas com o fim primordial de complementar a dieta alimentar, sem visar diretamente a comercialização e a formação de renda; o processo de exploração destas criações se dá através de pequenos agricultores.

Tabela 5. Participação da microrregião Mearim no rebanho efetivo do Estado de Maranhão - Ma. - 1970.

Rebanho efetivo	Microrregião		E s t a d o	
	N	%	N	%
Bovinos	141.418	9,6	1.473.788	100,0
Suinos	212.024	7,7	2.760.863	100,0
Ovinos	5.778	4,0	143.000	100,0
Caprinos	13.891	3,5	396.377	100,0



Tabela 6. Participação da microrregião Mearim na produção leiteira do Estado do Maranhão - 1970.

	Quantidade		Valor	
	(mil litros)	%	(mil Cr\$)	%
Microrregião	4.511	16,9	1.939	14,0
Estado	26.658	100,0	13.823	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário do Maranhão, 1970.

A microrregião Mearim, de acordo com a Tabela 6, detém 16,9% da produção de leite do Estado, e sendo uma área cuja localização geográfica a situa próximo a dois aglomerados populacionais de significativa representatividade, São Luís e Terezina, têm para sua produção de leite mercado assegurado, além de também ser esta região, dotada de uma infraestrutura de transporte razoável, pois as principais rodovias Federais e Estaduais cortam-na, bem como a existência de cooperativas que podem de certa forma facilitar a comercialização do produto. A associação destes fatores asseguram o crescimento da atividade de produção de leite da microrregião cuja tendência é de se transformar numa das principais bacias leiteiras do Estado.

### 3.3. Descrição dos programas de capacitação de mão-de-obra

Os dados analisados neste estudo, referem-se a pessoas treinadas, no período 1971/74, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão (EMATER) ex Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do

Maranhão (ACAR - MA.), uma das entidades executoras dos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola em atuação no Estado.

A EMATER - MA., mediante a realização de convênios firmados com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) e com o Programa Nacional de Valorização do Trabalhador (PROJETRANS), se responsabiliza pela execução, controle e avaliação dos treinamentos da mão-de-obra agrícola, conforme as diretrizes destes programas.

Ambos os programas pertencem atualmente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. O PIPMO pertence a Secretaria de Mão-de-Obra e o PROJETRANS à Secretaria de Trabalho/Grupo - Tarefa da Amazônia.

O PIPMO é um dos mecanismos operativos dos diversos projetos daquela Secretaria, atuando em todo o país, através de suas Coordenadorias Estaduais, ao mesmo tempo que atinge os três setores da economia.

A ação do PIPMO, na qualificação de mão-de-obra para o setor primário da economia maranhense, se efetiva através do Projeto Euclides da Cunha (PEC), tendo o seguinte objetivo: qualificar e aperfeiçoar trabalhadores para as ocupações do Setor Primário.

Mediante a consecução do objetivo específico para o setor primário, o PIPMO pretende atingir objetivos mais gerais, relacionados aos três setores da economia, como:

- a) preparar pessoas para obterem emprego certo ou para manterem sua ocupação;
- b) ajudar o profissional a elevar, pela melhor capacitação, a sua renda pessoal;

- c) atender mediante a realização de treinamentos, as necessidades prioritárias do mercado de trabalho local.
- d) criar e fomentar uma mentalidade de treinamentos;
- e) divulgar técnicas adequadas de organização e racionalização do trabalho e da produção;
- f) colaborar com as empresas e com as agências de ação social, na qualificação de recursos humanos para a aceleração do desenvolvimento nacional.

O PIPMO faz referência à capacitação de trabalhadores, não especificando nem o limite de idade, nem as categorias ocupacionais para o recrutamento de trabalhadores agrícolas.

O PROJETRANS, cuja atuação se restringe à região amazônica, tem por objetivo o treinamento profissional de trabalhadores adultos, visando a melhoria do nível de qualificação para as ocupações do setor primário e, conseqüentemente, aumentar o nível de produção e a produtividade agrícola.

#### 3.4. Origem e coleta dos dados

Neste estudo serão analisados dados primários e secundários. Os primários foram coletados através de formu

lários aplicados a uma amostra de 120 pessoas treinadas, na microrregião Mearim, nos municípios de Bacabal, Igarapé Grande, Lima Campos e Pedreiras. O período de coleta de dados foi de setembro a novembro de 1975 e as informações sobre os aspectos sócio-econômicos das atividades agropecuárias referem-se ao ano agrícola de 1974/75.

Os dados secundários foram extraídos das fichas de Controle dos Treinamentos de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola e Fichas de Controle de Financiamentos de Projetos Agropecuários. São esses dados provenientes das seguintes fontes:

- a) EMATER - MA., uma das entidades executoras dos treinamentos, do PIPMO e do PROJETRANS. Foram utilizadas da EMATER - MA., Fichas de Controle dos Treinamentos, de acordo com as diretrizes desses programas e Fichas de Controle de Financiamentos de Projetos Agropecuários, com recursos do PROTERRA;
- b) Escritório local da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - Fichas de Controle e Financiamentos de Projetos Agropecuários, com recursos de Incentivos Fiscais do Artigo 34/18,
- c) Escritório Estadual da Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO - Fichas de Controle de Financiamento de Projetos Agropecuários, com recursos do PROTERRA e de Incentivos Fiscais do Artigo 34/18.

O total de Projetos Agropecuários implantados no Estado de Maranhão, de acordo com os órgãos controladores citados é 155, assim distribuídos:

Escritório local da SUDENE - 48  
 Escritório Estadual da COMARCO - 22  
 Escritório Estadual EMATER - MA.- 84

Na microrregião em estudo, os projetos agropecuários implantados, segundo as instituições, estão assim distribuídos:

Escritório local da SUDENE - 8  
 Escritório Estadual EMATER - MA.- 14

d) FIBGE - Os dados referentes à população, densidade demográfica, superfície, para o Estado e microrregião são do Censo Demográfico de 1970. Os relacionados à Estrutura Fundiária e Produção Agropecuária para o Estado e Microrregião são do Censo Agropecuário de 1970.

### 3.5. Amostra

A seleção dos treinados que fazem parte da amostra foi feita ao acaso, a partir do rol de todas as pessoas treinadas nos quatro municípios que constituem a área de estudo. A distribuição dos treinados pelos municípios pode ser vista na Tabela 7.

Tabela 7. Distribuição numérica e percentual das pessoas treinadas e entrevistadas, por município. Microrregião Mearim - Maranhão - 1975.

Municípios	Pessoas Trei- nadas		Pessoas Entrevis- tadas	
	N	%	N	%
Bacabal	815	38,0	46	38,0
Pedreiras	643	30,0	36	30,0
Lima Campos	312	15,0	18	15,0
Igarapé Grande	362	17,0	20	17,0
Total	2.132	100,0	120	100,0

O tamanho da amostra foi calculado com base no critério de *TOMPKIM (1967, p.55)*, que considera para populações inferiores a 5.000, que a amostra deve ser constituída de 50 casos mais 2% do total de casos do universo. Logo para a população em estudo a amostra calculada corresponderia a 94 formulários. Para garantir uma certa margem de segurança foram aplicados 120 formulários, dos quais 10 foram eliminados por estarem com informações incompletas.

Sempre que se fizer utilização da variável área explorada, a amostra passa a ser de 107 entrevistados, visto que três dos informantes não declararam a área explorada.

### 3.6. Definição e operacionalização das variáveis

*Mão-de-Obra* - é constituída das pessoas de 14 anos e mais e pode envolver duas situações distintas: a) pessoas na força de trabalho (ocupadas ou desocupadas) e b) pessoas fora da força de trabalho (IBGE, 1969).

*Categoria ocupacional* - definida como a forma em que o indivíduo faz a utilização da terra, possibilitando a sua inclusão em uma das seguintes categorias:

- a) proprietários - quando as terras do estabelecimento são de sua propriedade,
- b) parceiro - considera-se o indivíduo que explora determinada área de outrem, mantendo com o dono da mesma arranjos de divisão de produto,
- c) arrendatário - indivíduo que explora determinada área de outrem, pagando ao dono da mesma uma quantidade fixa em dinheiro ou produto;
- d) posseiro - indivíduo que explora terras públicas ou privadas, nada pagando pelo seu uso.
- e) pessoas com atividade múltipla - indivíduos nas categorias de proprietário e arrendatário, que também utilizam outros arranjos de exploração da terra, além dos definidos acima (agregado, assalariado, etc.).

*Grau de escolaridade* - os treinados foram classificados, de acordo com o grau de escolaridade em:

- a) analfabetos - indivíduos que declararam não ter frequentado escola, não sabendo ler nem escrever;
- b) pessoas com curso primário incompleto - indivíduos que declararam ter frequentado a escola primária, sem concluir o curso;
- c) pessoas com curso primário completo - indivíduos que declararam ter frequentado a escola primária, tendo concluído o curso;
- d) pessoas com curso secundário - indivíduos que declararam frequência no mínimo de uma série do curso.

*Idade* - definida como o número de anos de existência do treinado, registrado na ocasião da realização das entrevistas.

*Relação do treinado com a agricultura* - considera-se o nível de relação que o indivíduo treinado tem com a agricultura. Os treinados são classificados em:

- a) agricultor em tempo integral - quando o treinado declarou a agricultura e/ou pecuária, como ocupação e fonte de renda única;
- b) agricultor em tempo parcial - quando o indivíduo tem o seu tempo parcialmente dedicado



a agricultura e/ou pecuária, tendo ainda por ocupação outras atividades não agrícolas.

*Área explorada* - considera-se a parte da área total que é explorada com culturas anuais ou perenes, pastos ou florestas, sob as ordens do responsável pela Unidade Produtiva Agrícola (UPA). É expressa em hectares. Em casos de ocupação múltipla a área explorada pode ser maior que a possuída.

*Relações de trabalho* - considera-se a forma como o trabalho se organiza para a produção, podendo ser: familiar e assalariada e somente assalariada.

*Renda agrícola bruta* - definida como sendo aquela proveniente de rendimentos monetários, ou não, da família do treinado em atividades agropecuárias.

### 3.7. Processamento dos dados e procedimentos estatísticos

As informações selecionadas para elaboração do presente trabalho foram codificadas e transferidas para cartões IBM, a fim de que pudessem ser processadas por computador.

Foram construídas tabelas simples e de dupla entrada com a finalidade de permitir a caracterização da amostra e a verificação das relações entre variáveis.

A análise das relações existentes entre variáveis foi feita através de porcentagens.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

##### 4.1. Caracterização Sócio-Econômica da mão-de-obra treinada

Neste capítulo, serão apresentados e analisados os dados de forma a atingir os objetivos propostos pelo presente estudo. Para tanto, a análise enfocará três aspectos a saber: caracterização sócio-econômica da mão-de-obra treinada; adequação dos treinamentos às atividades agrícolas da região e das pessoas treinadas e, o efeito do treinamento na absorção dessa mão-de-obra.

Nesta parte serão analisadas as variáveis sócio-econômicas que caracterizam a amostra da mão-de-obra treinada. Tais variáveis são:

##### *Categoria ocupacional*

De acordo com os dados, os entrevistados foram incluídos nas categorias de proprietários, arrendatários, par

ceiros ou posseiros e, pessoas exercendo atividade múltipla. A razão de se ter agregado os arrendatários, parceiros e/ou posseiros em uma só categoria ocupacional deve-se ao fato de serem semelhantes os arranjos para exploração da terra, no caso de arrendatários e parceiros. Tendo em vista que ambas as categorias pagam aluguel de terra, no primeiro caso a quantia é fixa e no segundo proporcional à produção, em ambos podendo ser em dinheiro ou em espécie. No caso dos posseiros, porque apenas dois entrevistados declararam pertencer a esta categoria. Note-se que no caso presente, tanto arrendatários, como parceiros e também posseiros, caracterizam-se por explorarem pequenas extensões de terras, tanto na microrregião (Tabela 3) como entre os entrevistados (Tabela 11).

Tabela 8. Distribuição dos entrevistados segundo as categorias ocupacionais. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Categoria ocupacional	Número	%
Proprietário	56	50,9
Arrendatário, Parceiro ou Posseiro	41	37,3
Atividade múltipla	13	11,8
Total	110	100,0

Observando-se a Tabela 8, verifica-se que mais de 50% da amostra está incluída na categoria de proprietário, o que pode sugerir que a procura por treinamentos está mais relacionada a este tipo de produtor, talvez pela sua autonomia para a aplicação das orientações tecnológicas adquiridas nos treinamentos, visando o aumento de sua produtividade e também a melhoria de renda.

A autonomia da categoria de proprietário foi confirmada por *MELO (1976: 55)*, mesmo em se tratando de pequenos proprietários. Entretanto, a autora questiona a autonomia do arrendatário, visto que mesmo pagando o arrendamento da terra, em muitos casos não lhe é dada a liberdade de plantar sequer os gêneros necessários à sua subsistência; comprometendo ainda sua autonomia, o bastante usado sistema de "fornecimento", derivado do fato de ser o arrendatário quase sempre um indivíduo sem capital, para sua própria manutenção e para manutenção da lavoura. No caso do parceiro, ressalta que a sua autonomia é mais ainda comprometida, tendo em vista a obrigatoriedade de cultivar unicamente o gênero para o qual foi contratado. Esta interpretação é também destacada no estudo do *CIDA (1966)*.

Por outro lado, observa-se na amostra a inexistência de trabalhador assalariado, como categoria ocupacional única, cujo fato pode estar relacionado à ausência de autonomia desta categoria para a aplicação de inovações tecnológicas, que exige poder de decisão, o que foge às características do assalariado. "O trabalhador assalariado que está na base administrativa do latifúndio e que não possui especialização necessária em geral, não tem direito algum a tomar decisões sobre seu trabalho" (*CIDA, 1966: 153*).

Uma outra explicação para a inexistência de assalariados na amostra pode estar ligada à baixa proporção de assalariados permanentes na mão-de-obra agrícola do Estado, que de acordo com o *INCRA (1972)* era da ordem de 3,0%.

As pessoas treinadas exercendo atividade múltipla, atinge mais de 13% da população amostrada, sugerindo ser esta categoria a que inclui aqueles produtores que podem não ser obrigados, devido ao tamanho do seu estabelecimento, como também ao tipo de relação que têm com a terra, a procurar outros arranjos de exploração da terra, possivelmente, a

venda de sua força de trabalho.

*Grau de escolaridade*

Tabela 9. Distribuição dos entrevistados, segundo o grau de escolaridade. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Grau de escolaridade	Número	%
Analfabeto	13	11,9
Primário incompleto	71	64,5
Primário completo	16	14,6
Secundário	10	9,0
Total	110	100,0

A importância da escolaridade é salientada por muitos autores, como uma das necessidades para o racional aproveitamento dos ensinamentos ministrados pelos programas que visam a capacitação da mão-de-obra. *HARBINSON e MYERS (1965)* e *COOMBS e AHMED (1975)*, consideram a educação formal, como fator importante no desenvolvimento dos recursos humanos, complementada pelo treinamento (educação informal). Para *WELCH (1970)*, a educação permite ao trabalhador a obtenção de melhores resultados dos recursos disponíveis. Um nível mais elevado de educação permite ao agricultor, adquirir e decodificar a informação a respeito dos custos e das características produtivas de novos insumos.

Em se tratando de grau de escolaridade de população rural, considera-se alto o grau encontrado, sobretudo,

comparando-se o índice de analfabetismo da população amostrada (11,9%), com o índice existente para o Estado do Maranhão que era 60,7%, no ano de 1970.

Tendo em vista que mais de 30% da amostra (Tabela 10) tem idade superior a 45 anos, ainda é mais surpreendente a situação de escolaridade encontrada para os treinados, considerando que maior grau de escolaridade poderia ser encontrado em pessoas mais jovens, dado a penetração do ensino formal no meio rural maranhense ser muito recente.

Os dados, portanto, sugerem uma situação distinta da encontrada em outros estudos semelhantes quando se trata do grau de escolaridade de pessoas treinadas. No presente estudo parece ocorrer que a procura por treinamento, dada a metodologia e sistemas de avaliação adotados nos mesmos, seja maior por parte de pessoas com maior grau de escolaridade.

### *Idade*

A análise dos dados da Tabela 10, revelou a idade média de 40 anos para as pessoas treinadas, estando a maior concentração nas idades de 32 a 38 anos.

A idade média de 40 anos, embora dentro dos limites considerados para a População Economicamente Ativa (15 a 64 anos), pode ser considerada um tanto alta quando se refere a treinamento, uma vez que o indivíduo já usufruiu a metade de sua vida útil, mesmo se considerando que ele tem uma esperança de vida de 64 anos, o que não é verdade para regiões subdesenvolvidas.

Tabela 10. Distribuição dos entrevistados, segundo os grupos de idade. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Grupos de idade	Número	%
Menos de 24 anos	14	12,7
25 a 31	15	13,6
32 a 38	26	23,6
39 a 45	17	15,5
46 a 52	18	16,4
53 a 59	12	10,9
60 e mais	8	7,3
Total	110	100,0

Embora o PIPMO não deixe claro se há restrições quanto a idade dos treinados e o PROJETRANS só treine adultos, a amostra não indicou nenhum treinado com idade inferior a 18 anos, o que pode indicar que a entidade executora dos treinamentos do PIPMO, esteja atendendo o público que se encontra abaixo desta idade, através dos treinamentos dirigidos para os Clubes Juvenis.

De qualquer forma, é importante que pessoas com idades inferiores a 18 anos sejam atingidas pelos treinamentos, dado a participação efetiva de menores de idade na mão-de-obra agrícola do Estado.

Sobre isso, refere-se *ELIZAGA (1971)*, salientando que nos países em que predomina a população rural, é utilizada uma proporção significativa de mão-de-obra infantil e, a disponibilidade deste tipo de mão-de-obra, desaparece à me-

dida que é alcançado um certo nível de desenvolvimento econômico e social.

Carece ainda destaque, a participação de pessoas idosas, na amostra, que é da ordem de mais de 7%. A participação na atividade econômica de pessoas de idade avançada (maiores de 60 ou 65 anos) é maior em áreas subdesenvolvidas. Devido principalmente ao predomínio do trabalho agrícola, pois a população rural prolonga sua atividade enquanto se acha fisicamente hábil para trabalhar (ELIZAGA 1971).

A crescente urbanização, a implantação de programas de Previdência Social (aposentadoria) e o progresso técnico em muitas atividades, limitam a atividade dos anciãos. A microrregião em estudo, como de modo geral, o Estado do Maranhão, se identificam com as afirmações de ELIZAGA, para áreas subdesenvolvidas.

#### *Relações do treinado com a agricultura*

Das pessoas entrevistadas, 48,2% exercem em tempo integral a atividade agrícola, 50% ocupam-se apenas parcialmente na atividade agrícola e, 1,8% da amostra não declararam a atividade exercida, conforme a Tabela 11.

Tabela 11. Distribuição dos entrevistados, segundo a relação com a atividade agrícola. Microrregião Mearim-Ma. 1975.

Relação com a agricultura	Número	%
Agricultor em tempo integral	53	48,2
Agricultor em tempo parcial	55	50,0
Sem declaração de atividade	2	1,8
Total	110	100,0



Os treinados, que têm o seu tempo apenas parcialmente ocupado pela atividade agrícola, informaram como outras ocupações, o comércio e empregos públicos estaduais, estando a maior concentração, segundo as informações, na ocupação comércio.

Dentro da amostra analisada, praticamente todos os entrevistados se dedicam integral ou parcialmente a atividade agrícola, indicando coerência da procura por treinamentos de mão-de-obra agrícola, conforme a ocupação do treinado. No entanto, os dez questionários eliminados da amostra inicial de 120 questionários, o foram porque os entrevistados não tinham nenhuma relação com a agricultura, o que de certa forma é incoerente com as diretrizes dos programas que estariam treinando mais de 8% de pessoas que não se beneficiarão com os treinamentos.

#### *Área explorada*

A distribuição dos treinados, por área explorada é apresentada na Tabela 12, segundo a categoria ocupacional do entrevistado, visto que a relação entre estas variáveis é de fundamental importância para a caracterização da mão-de-obra em estudo, face à Estrutura Fundiária vigente na microrregião.

Tabela 12. Distribuição dos entrevistados, por área explorada segundo a categoria ocupacional. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Categoria ocupacional	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Proprietário	28	50,0	16	28,6	12	21,4	56	100,0
Arrend. Parc. ou Posseiro	31	81,6	7	18,4	-	-	38	100,0
Atividade Múltipla	12	92,3	-	-	1	7,7	13	100,0
Total	71	66,4	23	21,5	13	12,1	107	100,0

Considerando os dados da Tabela 12, verifica-se que a maioria dos entrevistados explora áreas de menos de 10 ha. Os que exploram áreas maiores que 50 ha., representam 12,1% da amostra.

Observando a áreas explorada em relação à categoria ocupacional do treinado, identifica-se que a maior concentração dos entrevistados está nas categorias de arrendatário, parceiro e/ou posseiro, que exploram áreas inferiores a 10 ha. Das pessoas que exercem atividade múltipla, mais de 90% exploram áreas menores que 10 ha., confirmando serem estes treinados, os que estão em situação mais desfavorável que os demais, nesta classe de áreas, e portanto procuram outros arranjos de exploração da terra, visando atender a sua subsistência.

Na categoria de proprietários, a maioria explora áreas de menos de 10 ha. e, à proporção que aumenta o tamanho da áreas diminui o número de treinados nesta categoria.

Os dados da Tabela 12, confirmam portanto, a estrutura fundiária da microrregião (vide Tabela 2), onde o número de estabelecimentos de menos de 10 ha atinge 85,9% do total de estabelecimentos, ocupando apenas 9,5% da área total. É evidente que a concentração da área para exploração em poder de uma minoria privilegiada, faz com que a renda também esteja concentrada nesta minoria.

A maior procura por treinamentos, segundo a área explorada é de pequenos produtores (pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros).

A explicação para o predomínio de pessoas que exploram estabelecimentos menores que 10 ha, entre os treinados, pode estar relacionada à própria distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo a área, no Estado. O índice de estabelecimentos neste tamanho de área, no Maranhão, em 1970 era de mais de 87% (Tabela 1).

### *Relações de trabalho*

Tabela 13. Distribuição dos entrevistados, segundo a relação de trabalho utilizada na unidade produtiva. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Relações de trabalho	Número	%
Familiar	28	25,4
Familiar e Assalariada	68	61,8
Assalariado	14	12,7
Total	110	100,0

Considerando os dados da Tabela 13, observa-se que 25,4% da amostra em análise, empregam na unidade produtiva apenas mão-de-obra familiar; 61,8% empregam mão-de-obra familiar e assalariada. Estes tipos de relações de trabalho utilizados pela maioria dos produtores treinados, evidenciam que embora persista na agricultura da microrregião o tipo de relação de trabalho não capitalista, já se verifica uma certa tendência para transição, visto que cerca de 62% utilizam além da mão-de-obra familiar, assalariados. Por outro lado, os que utilizam somente assalariados na unidade produtiva, representam 12,7% dos treinados, indicando existir na microrregião também a presença de relações de trabalho puramente capitalistas.

De acordo com *MOLINA Fº e SOARES (1975)* a evolução dos sistemas econômicos se dá de tal modo que as relações sociais de produção pré-capitalistas vão cedendo lugar às formas capitalistas. Na agricultura portanto, ocorre o mesmo, pois as relações de parceria, de colonato e de pequenos arrendamentos, com forte conteúdo extra econômico, vão se transformando em relações puramente econômicas, de venda e força de trabalho livre, sem limitação de natureza não econômica.

Na fase de transição, essas relações encontram-se combinadas em diferentes proporções, coexistindo assim formas pré-capitalistas com as puramente capitalistas.

A agricultura brasileira em geral, assume tais características, no que se relaciona à penetração do capitalismo no campo. No caso do Maranhão, pode-se verificar que dado as próprias características de sua agricultura, já analisadas neste estudo, ainda existe o predomínio do tipo de relações de trabalho não capitalistas.

*Renda agrícola bruta*

A renda proveniente da produção agrícola das pessoas treinadas (e membros da família), que constituem a amostra em estudo é apresentada na Tabela 14.

Tomando por base o salário mínimo de Cr\$ 376,80 para a região Nordeste, no ano de 1975 (com exceção dos Estados de Pernambuco e Bahia), verifica-se que grande parte da amostra, mais de 41%, auferem rendimentos anuais inferiores à renda bruta de um trabalhador urbano, que é aproximadamente de Cr\$ 4.521,00, excluindo o 13º salário. Dos entrevistados, 18,2% receberam entre 12 a 26,54 salários mínimos, ou seja, de Cr\$ 4.521,00 a Cr\$ 9.999,00. Enquanto que 14,6% auferiram rendimentos entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 19.999,00 o que corresponde à renda entre 26,55 a 53,8 salários anuais. Acima de 265,4 salários, ou seja, com renda superior a Cr\$ 100.000,00, encontram-se apenas 1,8% dos treinados.

Considerando estes dados, pode se concluir que uma parte bastante significativa da mão-de-obra treinada, percebe rendimentos inferiores ao salário mínimo urbano, sobretudo se se considerar que tais rendimentos englobam também os de outros membros da família.

A situação exposta, revela uma concentração da renda, visto que apenas 1,8% declararam ter rendimentos superiores a Cr\$ 100.000,00.

Tabela 14. Distribuição dos entrevistados, segundo a renda agrícola bruta. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Renda agrícola bruta em Cr\$	Número	%
Menos de 4.521	46	41,8
De 4.521 a 9.999	20	18,2
De 10.000 a 19.999	16	14,6
De 20.000 a 39.999	16	14,6
De 40.000 a 99.999	9	8,2
Mais de 100.000	2	1,8
Sem declaração de renda	1	0,8
Total	110	100,0

#### 4.2. Adequação dos treinamentos às atividades agrícolas da microrregião e das pessoas treinadas

No sentido de atingir os objetivos propostos pelo PROJETRANS, que se resumem em qualificar e aperfeiçoar trabalhadores para as ocupações do setor primário, visando maior participação do treinado no mercado de trabalho do setor e melhoria de renda, foram realizados na microrregião Mearim, sob a responsabilidade dos técnicos da EMATER - MA., segundo as diretrizes destes programas, os treinamentos abaixo relacionados.

Na área de agricultura, os treinamentos dados foram para:

Prático fitossanitarista  
Viveirista  
Olericultura  
Produtor de arroz  
Produtor de milho  
Produtor de algodão  
Fruticultura  
Doença e pragas das fruteiras  
Doença e pragas das hortaliças  
Mecanização e tração animal

Na área de pecuária, os treinamentos realizados foram para:

Sanitarista animal  
Preparador de pastagens  
Ordenhador  
Suinocultura  
Bovinocultura  
Alimentação bovina  
Doenças de animais  
Manejo animal  
Forragicultura

Observando os treinamentos realizados e comparando-os com os principais produtos agropecuários da microrregião (Tabelas 4, 5 e 6), verifica-se que de certa forma, há um nível satisfatório de adequação. Entretanto, observa-se a existência de treinamentos voltados para outras culturas, cujo peso na formação do produto setorial da região é insignificante, como amendoim, algodão e olericultura. A realização destes treinamentos pode estar relacionada à potencialidade que a região oferece para a exploração destas culturas, como também à existência de um mercado consumidor. Assim, verifi-

ca-se que de certa forma há uma preocupação por parte daqueles que estabelecem diretrizes para os treinamentos de capacitação de mão-de-obra rural, em adequar as informações tecnológicas transmitidas às principais explorações agropecuária da região, bem como tentar implantar outras culturas que se mostram propícias à região.

No que respeita a adequação dos treinamentos à exploração agropecuária do treinado, pode-se observar, de acordo com os dados, a existência de um nível de coerência satisfatório. Os treinamentos, dos quais os entrevistados participaram, são relacionados à agricultura especificamente, à agricultura e pecuária e, à pecuária.

Na área específica de agricultura, os treinamentos recebidos, foram para Prático Fitossanitarista, englobando informações tecnológicas sobre as culturas do milho e do algodão, com maior enfoque à cultura do arroz; Mecanização e Tração Animal; Fruticultura, com ênfase no cultivo da banana e, Olericultura.

Os treinamentos recebidos pela amostra na área de agricultura e pecuária, compreendem todos os treinamentos relacionados à agricultura especificamente mais os seguintes treinamentos sobre pecuária: Sanitarista Animal, Alimentação Bovina e Ordenhador.

As pessoas treinadas especificamente em pecuária receberam os treinamentos para: Sanitarista Animal, Manejo Animal, Forragicultura, Alimentação Bovina, Ordenhador e Suinocultura.



Tabela 15. Distribuição dos entrevistados, segundo a atividade básica e o treinamento feito. Microrregião Meirim - Ma. - 1975.

Atividade	Treinamento feito							
	Agricultura		Agr.Pecuária		Pecuária		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Agricultura	37	66,1	10	17,9	9	16,1	56	100,0
Agricultura e Pecuária	22	45,8	14	29,2	12	25,0	48	100,0
Pecuária	-	-	1	25,0	3	75,0	4	100,0
Sem declaração de atividade	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0
Total	60	54,5	26	23,6	24	21,8	110	100,0

De acordo com a Tabela 15, das 56 pessoas que declararam explorar a agricultura, mais de 66% participaram dos treinamentos específicos para esse tipo de exploração, enquanto 17,9% e 16,1% procuraram os treinamentos nas áreas de agricultura e pecuária e em pecuária, respectivamente.

Dentre os 48 treinados que declararam explorar a agricultura e pecuária, 45,8% participaram dos treinamentos relacionados à agricultura, o que pode sugerir que nesse tipo de exploração, as atividades essencialmente de agricultura pesem mais na exploração global dos treinados. E, 29,2% procuraram os treinamentos na área de agricultura e pecuária; os que fizeram treinamentos de pecuária especificamente, repre-

sentam 25% dos que exploram agricultura e pecuária.

Na amostra em estudo, apenas 4 pessoas declararam ter atividade de pecuária, como única exploração, destas pessoas, somente 25,0% procuraram os treinamentos na área de agricultura e pecuária e, 75% participaram somente dos cursos de pecuária.

Considerando a situação em conjunto, das explorações básicas dos treinados e as áreas de treinamento feitos pode-se inferir que há uma certa racionalidade da procura por treinamentos, conforme as atividades declaradas.

Os principais produtos agropecuários dos treinados, são de certo modo, os mesmos considerados de importância para a microrregião. Entretanto, pela significância de determinados produtos para a economia da região, como o arroz, banana, leite e bovinos, utiliza-se na presente análise, a tabela 16, onde pode-se ver a relação existente entre os treinados que exploram estes produtos e o treinamento feito.

Tabela 16. Distribuição dos entrevistados, segundo a atividade de de exploração e a relação com os treinamentos feitos. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Atividade de Exploração	Relacionados		Não relacionados		Total	
	N	%	N	%	N	%
Arroz	60	59,5	41	40,5	101	100,0
Banana	-	-	14	100,0	14	100,0
Leite	23	67,7	11	32,3	34	100,0
Bovinos	22	61,1	14	38,8	36	100,0

Os dados da Tabela 16 demonstram que de certo modo, há uma preocupação por parte dos produtores em proceder a orientação tecnológica, de acordo com as atividades que exploram, o que não é válido para o caso dos produtores de banana, pois 100% destes produtores não participaram dos treinamentos relacionados à exploração da cultura. No que diz respeito aos produtores de arroz, de leite e de bovinos, verifica-se que mais de 59% dos que exploram o arroz fizeram os treinamentos relacionados à cultura, mais de 67% dos que produzem leite, procuraram os treinamentos sobre alimentação bovina, ordenhador e sanitarista animal e, mais de 61% dos que produzem bovinos fizeram treinamentos sobre manejo animal, sanitarista animal, forragicultura, alimentação bovina e ordenhador.

Podendo portanto se concluir que há um grau satisfatório de racionalidade, que pode ser tanto a nível de recrutamento de mão-de-obra rural a ser treinada por parte dos técnicos responsáveis, conforme a exploração do treinado, como também no que se relaciona à procura por treinamentos por parte dessa mão-de-obra, conforme sua atividade básica.

A situação das pessoas treinadas, segundo o nível de produção e comercialização dos produtos agropecuários é mostrada na Tabela 17.

Analisando os dados da Tabela 17, pode-se tirar algumas conclusões a respeito do tipo de agricultura em que está a mão-de-obra treinada na microrregião e, talvez extrapolar estas conclusões para a agricultura maranhense em geral.

O arroz, de acordo com os dados da Tabela 17 é o produto de maior representatividade para a mão-de-obra em análise, visto que mais de 90% dos entrevistados encontram-se nesta exploração; da amostra, apenas 7 pessoas, ou seja, 6,4% não exploram esta cultura. Na exploração do milho, encontram-se

Tabela 17. Principais produtos agropecuários, segundo o nível de produção e comercialização. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Produtos	Distribuição dos produtores											
	Não produzem		Produzem e não comercializam		Comercializam		Sem resposta		Total			
	N	%	N	%	-50%	+50%	N	%	N	%	N	%
Arroz	7	6,4	22	20,0	14	12,7	65	59,1	2	1,8	110	100,0
Milho	42	38,2	43	39,1	2	1,8	21	19,0	2	1,8	110	100,0
Feijão	75	68,2	23	20,9	5	5,5	5	4,5	2	1,8	110	100,0
Mandioca	95	86,4	5	4,5	1	0,9	7	6,3	2	1,8	110	100,0
Banana	94	85,5	2	1,8	-	-	12	10,9	2	1,8	110	100,0
Cevados	101	91,8	3	2,7	1	0,9	3	2,7	2	1,8	110	100,0
Leitões	87	79,1	5	4,5	8	6,2	8	6,2	2	1,8	110	100,0
Leite	74	67,3	18	16,4	7	6,3	9	8,2	2	1,8	110	100,0
Bovinos	72	65,5	13	11,8	6	5,4	17	15,4	2	1,8	110	100,0

59,9% dos treinados. Enquanto que nas explorações do feijão, da mandioca e da banana, encontram-se respectivamente 29,9, 11,7 e 12,7% da amostra.

Na pecuária, a participação dos entrevistados é mais significativa na produção de bovinos, encontrando-se nesta exploração 32,6% da amostra. Em seguida, a participação mais expressiva é na produção de leite, onde se encontram 30,9% dos entrevistados. Sendo que, somente 6,3% produzem cevados e 16,9% leitões.

Assim, conforme visto anteriormente, a grande maioria da mão-de-obra treinada, explora o arroz, sendo este produto a principal fonte de renda para a amostra em estudo, indicando a importância desta exploração para a economia estadual e regional.

Por outro lado, os percentuais de treinados que produzem leite e bovinos, confirmam a situação verificada para a microrregião como um todo, onde a participação na produção estadual de leite e de bovinos é de 16,9% e 9,6%, respectivamente.

Os dados da Tabela 17, possibilitam a visão da situação dos treinados em relação à comercialização dos seus produtos. O arroz, exploração de maior expressividade para a amostra, é também o seu principal produto comercializado, pois mais de 59% dos produtores de arroz comercializam mais de 50% de sua produção, 12,7% comercializam menos de 50% e 20% não têm nenhuma participação no mercado, produzindo exclusivamente para o auto consumo.

Dos treinados que produzem milho 20,8% têm participação no mercado, sendo que destes, 19% comercializam mais de 50% de sua produção. Os que têm sua produção voltada para o auto consumo, representam mais de 65% dos que exploram milho.

Dos que produzem feijão, 4,5% comercializam mais de 50% enquanto 4,5% comercializam menos de 50% e, 20,9% produzem apenas para auto consumo.

Quanto aos produtores de mandioca, 4,5% produzem apenas para auto consumo, 7,2% participam do mercado. Para os 15% que produzem banana, 10,9% participam do mercado com mais de 50% e, 1,8% produzem somente para auto consumo.

Na pecuária, maior destaque cabe à comercialização do leite e de bovinos, visto que 14,5% e 20,8% respectivamente, dos que estão nestas explorações, participam do mercado. A nível de produção para auto consumo, encontram-se 16,4% dos produtores de leite e 11,8% dos produtores de bovinos.

No que se relaciona à comercialização de cevados e leitões, pode-se observar que é a minoria dos treinados que participa destas explorações. Dos 6,3% da amostra que produzem cevados, 2,7% têm a exploração voltada para o auto consumo e 3,6% participam do mercado. No caso de leitões, participam do mercado com mais de 50% da produção, 6,2% dos treinados e, com menos de 50%, mais de 6%, enquanto 4,5% têm a exploração voltada para auto consumo.

Tomando-se por base a situação em conjunto no que diz respeito à diversificação da produção agropecuária e à participação no mercado (Tabela 17) bem como as demais características da mão-de-obra, já analisadas, verifica-se que na região em estudo ainda persiste a agricultura de subsistência na qual se encontra parte bem significativa da mão-de-obra treinada. Entre as características que nos levam a tal conclusão estão: o predomínio de pequenos produtores que utilizam principalmente a mão-de-obra familiar, auferindo baixa renda em muitos casos (41%), inferior ao salário mínimo da região.

Confirmando esta interpretação tem-se *SCHAEDEL*, citado por *QUEIROZ* (1973, p. 24) são as seguintes características do campesinato latino americano, e podem ser aplicadas à agricultura camponesa ou de subsistência no Brasil:

- a) policultura e criação em pequena escala;
- b) analfabetismo;
- c) tecnologia pré-industrial;
- d) culturas em pequenas áreas;
- e) consumo de porção significativa do que é produzido;
- f) mão-de-obra familiar, ocupando esporadicamente trabalhador de fora;
- g) pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros assalariados empreiteiros em diversas combinações polivalentes;
- h) quando as terras são maiores que as necessidades familiares o excedente é arrendado ou dado em parceria para outras famílias de camponeses sem terra;
- i) autonomia, pois pode prescindir das cidades.

Uma das características principais da agricultura camponesa ou de subsistência, segundo *MOLINA Fº* e *SOARES* (1975) é a fusão ou identificação da economia empresarial (produção de mercadorias) com a economia doméstica (produção para auto consumo).

Assim, produz o camponês, tanto *valor de uso*, como *valor de troca*. Por valor de uso entende-se a parte da produção que é voltada para o auto consumo e, como valor de troca, o excedente que é trocado ou especialmente voltado para o mercado.

Considerando a variável participação no mercado, como básica para determinar a situação da agricultura, se de subsistência ou comercial, observa-se que na amostra em estudo, com exceção do arroz, os demais produtos não têm o índice de participação no mercado, que é considerado para determinar o comportamento da agricultura, ou seja, a participação no mercado, com mais de 50% da produção. A grande maioria dos treinados que produz milho, feijão, mandioca, banana, cevados, leitões, leite e bovinos tem a produção voltada para autoconsumo; daqueles que participam do mercado, a maioria tem participação inferior a 50% da produção, com o que pode-se caracterizar a grande parte dos produtores treinados, a nível de subsistência.

Entretanto, convém que seja questionado, na presente análise, o caso do arroz, no que diz respeito à sua classificação como uma cultura de subsistência.

Por outro lado, levando-se em consideração apenas a variável participação do produto no mercado e, no autoconsumo da unidade agrícola, que conforme os dados, 20% dos produtores de arroz, têm a produção voltada para o autoconsumo e, mais de 71% participam do mercado com mais de 50% da produção, é evidente que possa se caracterizar mais da metade dos treinados produtores de arroz, como integrantes de uma cultura voltada para mercado. A situação encontrada para a amostra, pode ser extrapolada para a agricultura maranhense em geral, pois segundo estudo realizado em 16 municípios das várias regiões que formam o Estado, 32,7% da produção era consumida pela unidade agrícola, o que demonstra que mais de 67%



da produção de arroz é comercializada (IPEI, 1974).

Por outro lado, considerando-se outras variáveis que caracterizam a exploração do arroz na agricultura maranhense, como emprego de baixo nível tecnológico, categoria ocupacional dos produtores (pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros, posseiros, etc.) e o predomínio na exploração da utilização de mão-de-obra familiar, corre-se o risco de considerar o produto como uma cultura comercial, em confronto com outras variáveis que caracterizam uma agricultura de subsistência.

#### 4.3. Efeitos do treinamento na absorção da mão-de-obra treinada

A absorção da mão-de-obra rural é um dos principais aspectos considerados nos objetivos gerais dos Programas de Capacitação, que especificam o preparo de pessoas para obtenção de emprego certo ou para manterem sua ocupação.

No sentido de atingir o objetivo que se pretende nesta parte do presente estudo, são considerados na análise os seguintes aspectos relacionados aos efeitos do Treinamento na absorção de mão-de-obra: facilidade de emprego, melhoria de salário, perspectivas do treinado em permanecer na ocupação, preferência do empregador por mão-de-obra treinada e número de empregos criados pelos projetos agropecuários aprovados para o Estado e na microrregião em estudo. Destaca-se nesta análise, a utilização de algumas variáveis relacionadas com a área explorada pelos treinados, dado a influência que esta variável exerce na tomada de decisões dos agricultores para a mobilização de recursos de ordem institucional, econômica e, sobretudo a utilização do fator trabalho.

*Facilidades de emprego*

Das pessoas treinadas, mais de 53% declararam vender eventualmente a força de trabalho. A opinião dos treinados sobre a abertura de um mercado de trabalho para a mão-de-obra após a participação em treinamentos, ou seja, após atingir um melhor nível de qualificação para as ocupações no setor agrícola, é mostrada pelos dados da Tabela 18.

Tabela 18. Distribuição dos entrevistados que vendem eventualmente a força de trabalho, segundo a área explorada e opinião sobre abertura de mercado de trabalho. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Houve abertura de mercado de trabalho	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	15	30,0	3	60,0	1	50,0	19	33,3
Não	35	70,0	2	40,0	1	50,0	38	66,7
Total	50	100,0	5	100,0	2	100,0	57	100,0

Analisando os dados da Tabela 18, é possível observar que a maior frequência dos que vendem força de trabalho está no estrato de área explorada de menos de 10 ha. Eles correspondem a 70% dos treinados nessa classe de área, o que evidencia estar neste nível de exploração a mão-de-obra com os mais baixos retornos de suas atividades, sendo desta maneira levada a vender a força de trabalho para suplementar as necessidades mais prementes do grupo familiar.

No estrato de 10 a 49 ha, já se observa que

apenas 5 dos treinados, isto é, cerca de 22% dos entrevistados vendem força de trabalho. Enquanto que, dentre os que exploram área superior a 50 ha, apenas 2 treinados, correspondendo a 15% dos entrevistados, vendem força de trabalho.

Apesar da agricultura maranhense e da microrregião em estudo se caracterizarem ainda pelo predomínio de formas não capitalistas de relações sociais de produção, pode-se de acordo com tais dados, observar que há uma tendência, muito embora de forma lenta, para a penetração de formas capitalistas de relações sociais de produção no meio rural maranhense, visto que os dados demonstram que mais de 50% das pessoas treinadas encontraram oportunidades de vender eventualmente a força de trabalho.

A existência de diferentes estágios em direção ao capitalismo, é uma realidade na agricultura brasileira em geral. Algumas regiões do país ainda se caracterizam pelo predomínio de formas não capitalistas de relações sociais de produção, enquanto em outras, predominam relações tipicamente capitalistas.

O fato da mão-de-obra em estudo, ter declarado vender eventualmente a força de trabalho, pode ser explicado por exigências de determinadas operações de cultivo, como plantio, colheita, etc., durante o ano agrícola.

Os dados analisados, confirmam portanto, a existência de uma situação que se caracteriza pela flutuação do nível de emprego desta mão-de-obra, ou seja, ela é submetida à sazonalidade das operações agrícolas.

Dos treinados que exploram área menor que 10 ha e, vendem força de trabalho, 70% declararam não haver, após o treinamento abertura do mercado de trabalho. Neste caso, pode-se inferir que existem limitações para emprego permanente ou mesmo temporário de forma mais intensivas, tais limitações

estão ligadas às próprias características da agricultura maranhense e da microrregião, já salientadas neste estudo. O que assegura a subsistência destes produtores, mesmo de forma precária é a área disponível para suas explorações, face à restrição de mercado de trabalho.

A necessidade de qualificação de recursos humanos está muito ligada à disponibilidade de um mercado de trabalho. A situação acima exposta é semelhante a afirmação de BARRACLOUGH (1973), quando diz que a mão-de-obra rural é treinada para empregos que não existem, ou seja, não são consideradas as necessidades reais de mercado de trabalho no setor.

#### *Salário recebido e melhoria salarial dos treinados*

Em termos de salário/dia recebido pela mão-de-obra que vende sua força de trabalho, pode-se observar na Tabela 19 que a maior concentração dos treinados encontra-se nas faixas salariais de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 14,00 e de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 19,00. Comparando a situação de salário dia recebido pelos treinados, com o salário mínimo regional para o ano de 1973 que era de Cr\$ 376,80, observa-se que o salário/dia recebido supera o salário mínimo vigente para o ano em estudo, que tinha uma base de Cr\$ 12,56 diários.

O que de certa forma foge às expectativas para a região, considerando que estudos realizados, têm demonstrado que nas regiões Norte e Nordeste, se verifica com maior intensidade evasão à legislação trabalhista. Entretanto, considerando a flutuação de emprego, conforme comentado anteriormente, com certeza os dias de trabalho disponíveis para os treinados, não alcançam os rendimentos atingidos pelo salário mensal de Cr\$ 376,80.

Considere-se também que as diárias não devem

incluir remuneração aos domingos, férias ou mesmo pagamento do 13º salário proporcional ao número de dias trabalhados.

De acordo com *CIDA (1966 : 323)*, verifica-se na análise das condições do trabalhador rural, sua posição precária, onde se destacam: desrespeito aos direitos do trabalhador rural, de sistemática evasão à legislação trabalhista, de desconsideração pelo bem estar econômico e pessoal do trabalhador e de uma tentativa indisfarçável de defraudá-los de todos os modos, em todas as regiões do país. Tais condições decaem em intensidade de Norte para Sul. Existem diferenças entre o salário mínimo legal e os salários reais pagos, diminuindo esta diferença nos Estados do Sul.

Tabela 19. Distribuição dos entrevistados que vendem eventualmente força de trabalho, segundo o salário/dia recebido e a área explorada. Microrregião Mearim, Ma. - 1975.

Salário/dia recebido Cr\$	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
10 - 14	21	44,7	5	62,5	1	50,0	27	47,4
15 - 19	19	40,4	2	25,0	-	-	21	36,8
20 e mais	7	14,9	1	12,5	1	50,0	9	15,8
Total	47	100,0	8	100,0	2	100,0	57	100,0

No que diz respeito à opinião do treinado em relação à melhoria salarial, observa-se conforme Tabela 20 que a grande maioria declarou não ter havido aumento no salário, após a participação nos treinamentos.

Tabela 20. Distribuição dos entrevistados, que vendem eventualmente força de trabalho, segundo a área explorada e opinião sobre melhoria do salário. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Houve melhoria de salário	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	6,4	2	28,6	-	-	5	8,8
Não	44	93,6	5	71,4	3	100,0	52	91,2
Total	47	100,0	7	100,0	3	100,0	57	100,0

Dentre os benefícios auferidos por melhoria do nível de qualificação de mão-de-obra, através de treinamentos, citado por *FISCHLOWTZ (1970)*, está o de retribuições salariais mais altas, o que não é válido para a amostra em estudo, onde apenas 6,4% dos treinados declararam ter havido melhoria de salário, após a participação nos treinamentos.

Comparando os rendimentos auferidos em trabalhos de diária e empreitadas de pessoas treinadas e não treinadas, vinculadas às empresas cacaeiras do Estado da Bahia, *ALVES (1976 : 57)* encontrou rendimentos superiores no grupo de pessoas treinadas. Muito embora, os treinados da amostra em análise, tenham declarado receber o salário/dia superior à base do salário mínimo regional, quando vendem eventualmente a força de trabalho, tendo em vista a flutuação de emprego na microrregião, pode-se concluir, que a presente análise apresenta resultados bem distintos das afirmações de *FISCHLOWTZ* e de *ALVES*.

*Perspectivas do treinado em relação à permanência na ocupação*

Não só a obtenção de emprego certo, como também a preocupação de que o treinado mantenha sua ocupação, são aspectos considerados de importância na absorção de mão-de-obra, de acordo com os objetivos do Programa de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola. Tomando-se por base tais aspectos, utiliza-se nesta análise, as Tabelas 21, 22 e 23, onde podem ser observadas as tendências da mão-de-obra treinada, no que se refere à permanência ou mudança de ocupação.

Tabela 21. Perspectiva dos entrevistados que têm como atividade básica a agricultura, em relação à permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Alternativas	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Permanecer	10	21,3	8	100,0	1	100,0	19	33,9
Mudar p/Comércio	11	23,4	-	-	-	-	11	19,5
Mudar p/outras ocup. n/agric.	17	36,2	-	-	-	-	17	30,4
Mudar p/qualquer ocupação	9	19,1	-	-	-	-	9	16,1
Total	47	100,0	8	100,0	1	100,0	56	100,0

Em se tratando das perspectivas de permanência ou não na ocupação, conforme as preferências reveladas pelos entrevistados, verifica-se segundo a Tabela 22 que apenas 33%

declararam que continuariam a executar atividades de agricultura, enquanto que a maioria mostrou-se disposta a mudar de ocupação.

Relacionando a tendência à permanecer ou mudar de ocupação, com a área explorada, pode-se observar que todos os agricultores que exploram área maior que 10 ha declararam que permaneceriam na ocupação. Esta perspectiva de permanência na agricultura, pode indicar que aqueles entrevistados, são os que obtêm na exploração dessa atividade, certo nível de lucratividade, respaldado talvez por terem estes a apropriação dos fatores de produção, e por conseguinte, terem a possibilidade de usufruir dos benefícios do crédito rural e assistência técnica, de forma que contam, pelo menos com apoio logístico e financeiro para produzir. A conjugação de tais instrumentos, aliada à qualificação técnica adquirida, através dos treinamentos, podem assegurar a estes produtores, uma margem de sucesso nos seus empreendimentos, que os induzirá à permanecer na agricultura.

Por outro lado, observa-se que a grande maioria dos que exploram atividades específicas de agricultura, ou seja, mais de 66%, pretendem mudar de ocupação e exploram áreas menores que 10 ha, o que indica portanto, serem estes agricultores que não possuem as condições necessárias para a permanência na ocupação. Considerando que a maioria dos treinados, encontra-se envolvida numa agricultura típica de subsistência, talvez se possa concluir, que o padrão de vida que este tipo de agricultura proporciona aos produtores, faz com que se sintam insatisfeitos na exploração dessa atividade e, portanto apresentem disposição para a mudança de ocupação. Nessa situação, apesar da importância que representa a melhoria do nível de qualificação da mão-de-obra, para a agricultura, pode-se inferir, que somente o aspecto melhoria do nível de qualificação, não é suficiente para estimular a permanência de treinado nesta ocupação.



Contudo, a possibilidade de mudança de ocupação, tem ligação direta com o comportamento da economia global, ou seja, as oportunidades de emprego, oferecidas não só na própria agricultura, mas, também no setor não agrícola. Uma análise restrita ao âmbito estadual, permite detectar condições desfavoráveis ao mercado de trabalho, pois o setor não agrícola mostra-se adinâmico e frágil, incapaz de absorver um contingente de mão-de-obra a níveis satisfatórios visto que a economia do Estado é comandada pelo próprio setor agrícola.

As características da agricultura da microrregião e as possibilidades de trabalho já referidas anteriormente, impõe limitações a essas pessoas, a mudarem de ocupação, até mesmo a proletarianização maciça, quer no campo, quer no meio urbano, pois ainda se verifica o predomínio de relações de trabalho não capitalistas, exceção talvez ao caso da pecuária. Contudo, este sub-setor é incapaz de absorver quantidade significativa de mão-de-obra.

A par do retro exposto, pode-se concluir que, mantidas as condições atuais, há uma tendência de reforço do quadro vigente, em que essa mão-de-obra, na sua grande maioria permanecerá na sua ocupação, a nível de subsistência, haja visto ser esta forma a que permite a reprodução de sua força de trabalho.

Tabela 22. Perspectivas dos entrevistados que têm como atividade básica a *agricultura* e *pecuária*, em relação à permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Alternativas	Área explorada (ha)									
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		S/declar.		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Permanecer Agric. e Pecuária	-	-	4	28,6	8	88,9	-	-	12	25,0
Trab.somente Agric.	1	4,2	-	-	-	-	-	-	1	2,1
Trab.somente Pecuár.	-	-	-	-	1	11,1	-	-	1	2,1
Pecuária e Comércio	-	-	3	21,4	-	-	-	-	3	6,3
Mudar p/Comércio	9	37,5	7	50,0	-	-	-	-	16	33,3
Mudar p/outra ocup.	3	12,5	-	-	-	-	-	-	3	6,3
Mudar p/qualquer ocupação	11	45,8	-	-	-	-	1	100,0	12	24,9
Total	24	100,0	14	100,0	9	100,0	1	100,0	48	100,0

Dos treinados que exercem atividades agropecuárias, observa-se, segundo dados da Tabela 22, que apenas 25% declararam estar dispostos à permanência na ocupação, relacionando a tendência de permanecer na ocupação com a área explorada, observa-se que os agropecuaristas com tendência à permanência na ocupação são aqueles que exploram área superior a 10 ha, estando a grande maioria explorando área superior a 50 ha.

A atividade de maior representatividade, no que diz respeito à motivação para a mudança de ocupação do treinado, é o comércio; mais de 33% dos que exploram a agropecuária informaram estar dispostos a mudar para aquela atividade.

Os que apresentam disposição para mudar para outras ocupações e/ou para qualquer ocupação, são os pequenos agropecuaristas, que exploram áreas de menos de 10 ha, que podem representar os que têm uma exploração pecuária em pequena escala. Convém salientar que mais de 45% destes treinados, explorando áreas de menos de 10 ha, estão dispostos a mudar para qualquer ocupação sugerindo serem estes os que apresentam condições menos satisfatórias para permanecer na ocupação. Esta proporção da mão de obra treinada, talvez represente um potencial para proletarização, embora tanto remota, no meio urbano ou rural, ou para se integrarem à população que vive à margem do mercado de trabalho nos centros urbanos, sobretudo na capital do Estado.

Tabela 23. Perspectiva dos entrevistados *pecuaristas*, em relação à permanência na ocupação, segundo a área explorada. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Alternativas	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Permanecer na Pecuária	-	-	-	-	2	66,7	2	50,0
Pecuária e Comércio	-	-	1	100,0	1	33,3	2	50,0
Total	-	-	1	100,0	3	100,0	4	100,0

Apenas 4 dos treinados da amostra exercem a atividade de pecuária exclusivamente. Segundo Tabela 23, 75% dos pecuaristas exploram área superior a 50 ha e, 25% exploram área de 10 a 49 ha. Relacionando a tendência de permanecer na ocupação com a área explorada, observa-se que 50% declararam permanecer na ocupação e 50% além de permanecer na ocupação, acrescentariam à atividade o comércio. Com o que pode-se considerar que a atividade pecuária, relacionada a área explorada, permite a permanência na ocupação de 100% dos que a exploram, o que possibilita ao treinado aplicar as informações tecnológicas adquiridas nos treinamentos.

Considerando a situação em conjunto, dos entrevistados, conforme Tabela 21, 22 e 23, verifica-se que a grande maioria dos que exploram basicamente a agricultura, ou seja, mais de 66% encontram-se na exploração de áreas de menos de 10 ha e, somente 33,8% nesta classe de área, exploram agricultura e pecuária, demonstrando a grande maioria tendência para a mudança de ocupação.

De qualquer forma, verifica-se que da amostra apenas cerca de 30% demonstraram interesse em permanecer na ocupação, evidenciando condições para tal, o que indica que além de um melhor nível de qualificação, outros fatores são necessários para que o entrevistado possa permanecer na sua atividade. Visto que mais de 69%, embora beneficiados pela participação nos treinamentos, mostraram interesse em mudar de ocupação, talvez por considerar que as atividades não agrícolas, possibilitam melhores níveis de renda.

#### *Preferência por mão-de-obra treinada*

A produtividade do trabalho aumenta quando o indivíduo desempenha seu trabalho eficientemente, e este padrão de eficiência é adquirido quando possui conhecimentos e

habilidades para o desemprego de suas tarefas, proporcionados pela experiência adquirida em treinamentos (CAPELATO, 1971).

Considerando o que afirma CAPELATO (1971) espera-se que aqueles que contratam mão-de-obra, prefiram as pessoas treinadas, visto que um melhor nível de qualificação da mão-de-obra agrícola, pode estar relacionado a um aumento de produção e produtividade.

Tabela 24. Opinião dos entrevistados que contratam eventualmente mão-de-obra, em relação à preferência por mão-de-obra treinada, segundo a área explorada. Microrregião Mearim - Ma. - 1975.

Dá preferência a pessoas que fo- ram treinadas	Área explorada (ha)							
	1 - 9		10 - 49		50 e mais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	44	91,6	19	90,5	11	84,6	74	90,2
Não	1	2,1	-	-	-	-	1	1,2
Indiferente	3	6,3	2	9,5	2	15,4	7	8,5
Total	48	100,0	21	100,0	13	100,0	82	100,0

Observando-se a Tabela 24, verifica-se que da amostra 82 pessoas informaram contratar eventualmente mão-de-obra. Dentre estas, umas de 90% preferem contratar pessoas que tenham participado dos treinamentos, isto é, pessoas que sejam portadoras de melhor nível de qualificação, visto que o treinamento proporciona maior eficiência na execução das tarefas. A situação encontrada para a amostra, será de acordo com a colocação de CAPELATO (1971).

Relacionando a opinião dos entrevistados sobre preferência ou não por mão-de-obra treinada com o tamanho da área explorada, observa-se que a preferência por esse tipo de mão-de-obra independe do tamanho da área explorada.

A preferência por mão-de-obra treinada dos que a contratam eventualmente, não está relacionada ao pagamento de melhores salários àquelas pessoas que têm melhor nível de qualificação, pois destes 45,9% declararam pagar salário igual às pessoas que contratam, independente de terem participado de treinamentos e, 56,1% declararam pagar salários mais altos às pessoas treinadas. De qualquer forma esta preferência por treinados permite aos mesmos maior facilidade de trabalho eventual. Considerando-se este aspecto em relação às declarações dos treinados que afirmaram não ter havido abertura no mercado de trabalho deduz-se que a situação para os não treinados deve ser ainda pior, confirmando um excesso de mão-de-obra no setor agrícola da região e do Estado.

*Projetos agropecuários aprovados para o Estado e microrregião Mearim e empregos criados*

Os dados fornecidos para o presente estudo, pelos escritórios local da SUDENE, escritório Estadual da COMARCO e Escritório Estadual da EMATER-MA., ex- ACAR-MA., relacionados aos projetos agropecuários aprovados para o Estado, são discriminados a seguir, de acordo com a Instituição responsável e o período de aprovação:

SUDENE: 1967 à 1974  
 COMARCO: 1973 à 1975  
 EMATER: 1972 à 1975

A implantação de projetos agropecuários na região Nordeste do país, está ligada à preocupação do Governo Federal, que criou mecanismos como incentivos fiscais do Artigo 34/18 e PROTERRA, visando a dinamização do setor primário. A absorção do excedente de mão-de-obra agrícola, nesta região é uma das preocupações deste Governo, na dinamização do setor. O Maranhão, portanto, é beneficiado pelos incentivos fiscais, que financiam a implantação dos referidos projetos.

Nesta parte, são analisados os projetos, considerando sobretudo as suas relações com a absorção de mão-de-obra, visto que o Estado se caracteriza por um alto índice de população rural (75%), conseqüentemente pela abundância do fator mão-de-obra no setor agrícola.

A Tabela 25, mostra a situação da absorção de mão-de-obra pelos projetos agropecuários.

Os 155 projetos agropecuários, de acordo com a Tabela 25, ocupam uma extensão de 817.504 ha, com o total de investimentos da ordem de Cr\$ 1.290.169.000,00 (Um bilhão, duzentos e noventa milhões e cento e sessenta e nove mil cruzeiros), a previsão de empregos (inclusive para a maioria dos casos, até 1985) é de 6.616, com grande predomínio de empregos temporários.

Observa-se portanto, de acordo com estes dados, que os projetos agropecuários empregam quantidade reduzida de mão-de-obra, ainda que ocupando imensas extensões de terras e que os investimentos sejam volumosos.

Considerando a natureza da exploração, verifica-se que mais de 70% dos projetos, exploram somente a pecuária, enquanto que apenas 7,7% são destinados à exploração específica de agricultura. A tendência que se vê é, portanto, de predomínio da pecuária sobre outras explorações, o que tor-

Tabela 25. Distribuição dos Projetos Agropecuários aprovados para o Estado do Maranhão, com recursos do Artigo 34/18 e PROTERRA, segundo a Natureza da exploração, área ocupada, valor total do investimento e número de empregos criados. Maranhão - 1967/1975.

Natureza da exploração	Projetos		Área		Valor total do investimento		Número de empregos criados		
	N	%	(ha)	%	(em \$ 1000)	%	fixo	variáv.	total
Pecuária	109	70,3	635.748	77,8	891.419,00	69,5	1.601	2.312	3.913
Agricultura	12	7,7	1.639	0,2	599,00	0,1	2	201	203
Agricultura e Pecuária	30	19,4	155.907	19,0	320.310,00	24,3	482	1.183	1.665
Outros (a)	4	2,6	24.210	3,0	77.840,00	6,1	288	547	835
Total	155	100,0	817.504	100,0	1.290.168,00	100,0	2.373	4.243	6.616

(a) Pecuária e Madeira.



na mais sério o problema da absorção de mão-de-obra, uma vez que a atividade de pecuária se caracteriza como pouco absorvedora.

Pela extensão da área ocupada pelos projetos agropecuários, que se associa ao predomínio da pecuária, que requer enormes extensões de terras para a formação de pastagens, etc., pode se concluir que na realidade, tais projetos poderão reforçar a Estrutura Fundiária vigente no Estado, mantendo-se a tendência observada para os projetos em análise.

Nesse sentido, é evidente que as medidas oficiais (incentivos fiscais) que possibilitam a racionalização da pecuária, contribuem para a transformação das relações de produção no latifúndio.

Considerando esta situação de transformação das relações de produção no latifúndio, nas regiões onde predominam os projetos pecuários, observa-se uma tendência à expropriação do agricultor de subsistência, expressando-se ao nível das relações de produção na agricultura e na pecuária.

"No caso da agricultura, esta tendência se manifesta pela intensificação dos conflitos "roça x gado", os quais têm sido mais frequentes, como uma decorrência de oposição entre a pecuária extensiva do proprietário e da agricultura de subsistência que se processa em parcelas de terras cercadas (roças), ou seja, o direito de cultivo do agricultor de subsistência (ou camponês) sem propriedade da terra, dependendo do pagamento da renda da terra monopolizada pelo proprietário. Assim, parte do produto do seu trabalho já é apropriado por este nessa relação; se o gado do proprietário invade a roça e destrói a plantação, ocorre uma nova apropriação que se revela indevida, não só por este motivo, mas também porque a pecuária implica em relações de produção distintas que não dependem diretamente do controle da terra" (GARCIA, 1975).

O predomínio da atividade pecuária provoca transformações nas relações de produção, onde o regime de partilha se torna cada vez menos adequado, face à valorização dos produtos pecuários no mercado. Para o proprietário, o pagamento em espécie começa a surgir como uma transferência irracional de lucros, razão pela qual procura diminuir progressivamente a fração da partilha. A racionalização global da exploração impõe a substituição do vaqueiro pelo assalariado. (WAGNER e MOURÃO, 1975).

Entretanto, apesar da implantação de projetos agropecuários no Estado, com o predomínio da pecuária demonstrar uma tendência para a introdução de relações de produção capitalistas no campo, não se pode, contudo afirmar que tal transformação ocorre na agricultura maranhense em geral, tendo em vista que a implantação destes projetos se efetua em apenas algumas regiões do Estado. Por outro lado, a perspectiva de abertura de um mercado de trabalho para o setor, por parte destes projetos é bastante limitada, considerando o número de empregos criados e a disponibilidade de mão-de-obra agrícola. Consequentemente, face à situação acima exposta, o que pode ocorrer é a permanência de um grande contingente de mão-de-obra rural na agricultura de subsistência, em condições mais desfavoráveis do que antes da implantação dos referidos projetos.

Desta forma os efeitos do treinamento na absorção de mão-de-obra agrícola, para o caso do Maranhão, são bastante limitados, face à situação apresentada.

A Tabela 26 mostra a situação da absorção de mão-de-obra agrícola por parte dos projetos na microrregião, demonstrando uma situação semelhante à apresentada para o Estado, visto que o predomínio da exploração, também é de pecuária. Podem portanto, ser estabelecidas as mesmas relações à respeito da área ocupada, volume dos investimentos e número de empregos criados, já analisados para o Estado.

Tabela 26. Distribuição dos Projetos Agropecuários, aprovados para a microrregião Mearim, com recursos do Artigo 34/18 e PROTERRA, segundo a natureza da exploração, área ocupada, valor total dos investimentos e número de empregos criados. Microrregião Mearim, Maranhão - 1967/1975.

Natureza da exploração	Projetos		Área		Valor total do investimento		Número de Empregos criados		
	N	%	(ha)	%	(em \$ 1000)	%	fixo	variável	total
Pecuária	16	72,7	25.160	44,0	17.830,00	22,4	119	85	204
Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agricultura e Pecuária	6	27,3	31.996	56,0	61.695,00	77,6	117	211	388
Total	22	100,0	57.156	100,0	79.525,00	100,0	296	296	592

## 5. CONCLUSÕES

1. A procura por treinamentos de mão-de-obra agrícola parece ser seletiva no que diz respeito ao grau de escolaridade dos treinados. A sistemática dos treinamentos pode ser influenciado e procura predominantemente por parte de pessoas portadoras de maior grau de escolaridade.

A idade média encontrada para os treinados, foi considerada alta e a existência de pessoas com idade superior a 60 anos, deve-se ao próprio subdesenvolvimento da área estudada, onde pessoas idosas participam da atividade agrícola. O fato de cerca de 15% da amostra terem idades superiores a 50 anos, aliado ao fato de 8% dos treinados não terem atividade agropecuária, pode comprometer, em parte, os resultados pretendidos pelos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola.

Considerando sobretudo as variáveis categoria ocupacional, relação do treinado com a agricultura, área explorada, relações de trabalho e renda dos treinados, pode-se

concluir que os treinamentos estão atingindo uma população que se caracteriza como a mão-de-obra envolvida na agricultura de subsistência. A identificação de tais características da mão-de-obra treinada, poderá servir de subsídios para as diretrizes do PIPMO e PROJETRANS, em termos de determinação de prioridades do público a atingir, tendo em vista os objetivos desses programas.

2. Com relação a adequação dos treinamentos, pode-se concluir que de certa forma, há um grau satisfatório de adequação dos mesmos às explorações agropecuárias da microrregião e das pessoas treinadas. Entretanto, existem certas limitações no que respeita à consecução dos objetivos propostos pelo PIPMO e PROJETRANS, considerando que uma parte significativa da mão-de-obra treinada está envolvida na agricultura de subsistência.

Um dos objetivos a que se propõem esses programas, é o de possibilitar aos treinados, o aumento de renda, como consequência do aumento da produtividade, tendo em vista um melhor nível de qualificação da mão-de-obra.

Conquanto a um nível teórico, seja lógica tal premissa, para o caso da população estudada, deve-se levantar algumas questões ligadas às peculiaridades que caracterizam essa população. Conforme foi visto, anteriormente, a grande maioria das pessoas treinadas encontra-se engajada numa agricultura de subsistência, cuja função básica é o autoconsumo, existindo um pequeno excedente comercializável, por conseguinte, uma gama de problemas, obstaculiza o alcance do objetivo proposto.

A agricultura de subsistência ao longo do tempo, vem sendo mantida à margem das políticas agrícolas, norteadoras do desenvolvimento do setor. Assim, até pouco tempo, a pesquisa não tinha se preocupado com os problemas exis-

tentes neste tipo de agricultura, a assistência técnica e os preços mínimos, nas áreas em que esta ocorre, não têm atingido um número significativo de produtores. O crédito rural tem se mostrado seletivo, beneficiando aqueles produtores de maior rentabilidade.

Assim, uma política de qualificação de mão-de-obra, dissociada dos outros fatores possibilitadores do aumento de produtividade, por si só, atuando isoladamente, pode não conduzir ao objetivo pretendido.

A magnitude dos problemas iminentes à agricultura de subsistência, neutraliza em parte, os efeitos positivos da qualificação de mão-de-obra.

3. Os aspectos considerados na análise da absorção, demonstraram que somente a ação dos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra Agrícola, não é suficiente para proporcionar a permanência do treinado na ocupação, como também uma melhoria do mercado de trabalho, face ao próprio comportamento da economia do Estado.

A grande maioria dos treinados, embora beneficiados pela participação nos treinamentos, mostram interesse em mudar de ocupação, talvez por considerar que as atividades não agrícolas, possibilitem melhores níveis de renda. Os que demonstraram interesse em permanecer na ocupação, podem representar aqueles produtores que têm condições para tal, indicando que além de um melhor nível de qualificação, outros fatores são necessários para que o treinado possa permanecer na ocupação.

Por outro lado, verificou-se que a ação dos projetos agropecuários aprovados para a microrregião e para o Estado, além de não proporcionar mercado de trabalho satisfatório, demonstra uma tendência ao reforço da Estrutura Fundiã

ria vigente para o Maranhão, dado o predomínio da atividade pecuária nas suas explorações, o que também poderá provocar transformações nas relações sociais de produção, nas áreas de maior adensamento dos referidos projetos.

A implantação de projetos agropecuários no Estado, com o predomínio da pecuária, pode contribuir para a introdução de relações de produção capitalistas no campo. Contudo, não se pode afirmar que tal transformação ocorra na agricultura maranhense em geral, visto que a implantação desses projetos se efetua em apenas algumas regiões do Estado. Considerando o número de empregos criados pelos referidos projetos e a disponibilidade de mão-de-obra agrícola no Maranhão, pode-se concluir que talvez ocorra a permanência de um grande contingente de mão-de-obra na agricultura de subsistência, em condições mais desfavoráveis do que antes da implantação desses projetos.

4. O presente estudo conduz à formulação das seguintes hipóteses que poderão ser comprovadas em estudos posteriores:

- A ação dos programas de capacitação, mesmo proporcionando melhor nível de qualificação da mão-de-obra rural, pode não possibilitar o aumento de produção e produtividade agrícolas em áreas que se caracterizam pelo predomínio de culturas de subsistência.
- Os projetos agropecuários aprovados para o Estado, não exigem mão-de-obra qualificada.
- Os projetos agropecuários aprovados, utilizam grande parte de mão-de-obra temporária anualmente, isto leva a absorver sazonalmente a mão-de-obra.

A maior necessidade de mão-de-obra por parte dos projetos agropecuários é nas suas fases de implantação, o que mostra a limitação dos mesmos com relação ao problema de subemprego.



## SUMMARY

Traditionally, growth of Brazilian agriculture has been a result of increases in cultivated area rather than in physical productivity. Therefore, the qualification of human resources in this sector has been of great concern to the socio-economic policy-makers in the country, due to the significance that it takes on in adopting new technologies intended to increase productivity.

Therefore, the labor available in this sector must be qualified. For this, the tasks aiming to achieve such qualification should be formulated and implemented in an intervention strategy. PIPMO and PROJETRANS are Labor Capacitation Programs intended to achieve a higher level of labor qualification for occupations in the primary sector.

The objective of the present study was to study the performance of these programs, with emphasis on the following aspects: 1) main characteristics of skilled labor; 2) adequacy of training for agriculture in the particular

region and for trainees, and 3) effects of training in the absorption of this skilled labor.

With regard to labor force characterization, the following variables were considered: a) occupational category; b) level of education; c) age; d) relationship between training and agriculture; e) cultivated area; f) work relationships, and g) gross agricultural income. In analyzing adequacy of training for agriculture of the particular microregion and for trainees, the following was considered: a) aspects related to main agricultural-livestock enterprises of the microregion and the training conducted therein, and b) the main agricultural-livestock enterprises of the trainees and the training conducted.

The following aspects were considered when analyzing labor absorption: a) facility in obtaining employment; b) wages received and increases in wages; c) trainees' expectation of holding his occupation; d) employer preference for trained labor, and e) positions created by approved agricultural-livestock projects for the State and microregion.

The area selected for the study includes the "municipios" of Bacabal, Pedreiras, Lima Campos and Igarapé Grande, which are part of the microregion of Mearim, State of Maranhão. Trained labor in the selected municipios reaches over 70% of total trained labor in the microregion and about 11% of trained labor in the State.

The data for the present study were obtained by submitting 120 questionnaires to individuals trained by PIPMO and PROJETRANS, and refer to the 1974/75 agricultural year, and were collected through random sampling. However, in analyzing labor absorption through agricultural livestock projects, data from secondary sources were utilized.

#### LITERATURA CITADA

ALVES, F.A. 1976. Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais da região cacauzeira da Bahia. Viçosa, U.F.V., 185 p. (tese de M.S.).

BARRACLOUGH, S. 1973. Capacitacion para el desarrollo rural. *La Capacitacion de los Agricultores. Revista anual de los principales acontecimientos.* Organizacion de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentacion. Roma, 4-82.

BOLOGNA, I. 1972. Formação profissional na Industria. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais da região cacauzeira da Bahia.* Viçosa, U.F.V., 185 p. (Tese de M.S.).

- BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1974. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Departamento de Divulgação Estatística. V.35. 960p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1973. *Censo Demográfico do Maranhão*. Rio de Janeiro. Departamento de Divulgação Estatística. V.1. Tomo V. 461 p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1973. *Censo Agropecuário do Maranhão*. VIII Recenseamento Geral. 1970. Rio de Janeiro. Departamento de Censos. Série Regional. V. III. Tomo V. 329 p.
- BRASIL. EMBRATER. 1975. *Normas para atuação de atividades de capacitação de mão-de-obra rural*. Brasília, DF. 15 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. 1974. *Convênio PROJETRANS*. Secretaria do Trabalho/Grupo-Tarefa da Amazônia. 6 p.
- BREJON, M. 1968. Recursos Humanos. *Ensino Técnico e Desenvolvimento. Uma Perspectiva Brasileira*. São Paulo. Ed. Pioneira. 202 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- CAPELATO, M.H. 1971. Política de Formação de Recursos Humanos. In: *Ciências Econômicas e Sociais*. Osasco, 6:208.
- CARVALHO, M.V. 1973. Estudo empírico do subemprego de Mão-de-Obra Rural no Estado do Espírito Santo. Viçosa, U.F.V. 87 p. (Tese de M.S.).

- COOMBS, P.H. e M. AHMED. 1975. Antecedentes del estudio. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais da região cacauceira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- CIDA. 1966. *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola*. Brasil. Washington, DC. União Pan Americana - Secretaria Geral. O.E.A. 632 p.
- D'APOTE, V. 1972. Bases para uma Política de Colonização e Reforma Agrária no Nordeste do Brasil. Recife. DAA/ SUDENE. 124 p.
- ELIZAGA, J.C. e R. MELLON. 1971. Aspectos Demográficos de la Mão-de-Obra en América Latina. In: CELADE. Santiago: série E., nº 9. 164 p.
- FISCHLOWITZ, E. 1970. Valorização dos Recursos Humanos do Brasil. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais da região cacauceira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. 1971. Avaliação do Programa de Preparação de Mão-de-Obra no Estado do Rio de Janeiro: experimentação do método proposto pela CINTEFOR. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais na região cacauceira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- GARCIA, A. 1975. Trabalho Familiar e Campesinato. In: Wagner, A. e L. Mourão. *Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo*. São Luiz. 45 p. (mimeo.).

- HAUSER, P.M. 1965. População e Fontes de Força de Trabalho como fatores de Desenvolvimento Econômico. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais na região cacauêira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- HARBISOM, E. e C. MYERS. 1965. Educação, Mão-de-Obra e Crescimento Econômico. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais na região cacauêira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- HOROWITZ, M.A. e M. ZYMELMAN. 1967. Avaliação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial do Ministério de Educação e Cultura do Brasil. In: Alves, F.A. *Efeitos do treinamento sobre a renda e qualificação dos trabalhadores rurais na região cacauêira da Bahia*. Viçosa, U.F.V. 185 p. (Tese de M.S.).
- LOPES, J.V. 1974. As Produtividades da Terra e da Mão-de-Obra dos Pequenos Agricultores numa região de São Paulo: - Dimensões e Fatores Explicativos. Viçosa, U.F.V. 90 p. (Tese de M.S.).
- MARANHÃO. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. 1972. *Plano Anual de Trabalho*. São Luís. 226 p.
- MARANHÃO. SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO. 1974. *Pré-Diagnóstico do Setor Primário Maranhense*. São Luís. IPEI. 83 p.
- MARANHÃO. PIPMO. 1975. *Plano de Atividades*. 76 p.

- MELO, D.M.C. 1976. O Boia Fria. Acumulação e Miséria. 3a. Edição. Petrópolis. Vozes. 153 p.
- MOLINA FILHO, J. e E. SOARES. 1975. *Escala de Modernização das Unidades de Produção Agrícola*. Piracicaba, ESALQ/USP. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Série Pesquisa, 33. 26 p.
- MORAIS, P. 1967. *A Agricultura em São Paulo - Capacitação de Mão-de-Obra*. CETREC. São Paulo. 36 p.
- QUEIROZ, M.I.P. 1973. O Campesinato Brasileiro. São Paulo. Vozes. 242 p. (Coleção Estudos Brasileiros).
- TOMPKIM, S.R. 1967. *Estatística e Método de Pesquisa em Ciências Sociais Rurais*. Piracicaba, ESALQ/USP. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. 174 p. (mimeo.).
- VILAÇA, M.J. 1967. *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo. Pioneira Ltda. 309 p. (Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios).
- WAGNER, A. e L. MOURÃO. 1975. *Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo*. São Luís (Mimeo.).
- WELCH, F. 1971. Education in Production. In: Lopes, J.C.V. *As Produtividades da Terra e da Mão-de-Obra dos Pequenos Agricultores numa região de São Paulo: Dimensões e Fatores Explicativos*. Viçosa, U.F.V. 90 p. (Tese de M.S.).

.82a.

A P E N D I C E





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

P O R T A R I A Nº 515/72

Estabelece normas, a nível de Secretaria Executiva, relativas à aplicação de recursos do "Sistema 34/18" nos projetos agropecuários face à legislação do PROTERRA.

O Superintendente da SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 52.346, de 12 de agosto de 1963, combinado com o artigo 59 do Decreto nº 64.214, de 18 de março de 1969, e tendo em vista que:

Através do Decreto-Lei nº 1.179, de 06 de julho de 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), com o objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria na Amazônia e no Nordeste.

A posição da área rural em confronto com a área urbana, inclusive no que concerne

UZ.

aos benefícios dos incentivos fiscais, apresenta nítida inferioridade, conforme foi suficientemente descrito no seguinte trecho da exposição de motivos apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando da promulgação do Decreto-Lei nº 1.179/71: "Os incentivos fiscais favorecem, no entanto, de modo preponderante, a área urbana, não beneficiando, em iguais proporções, a área rural. Contribui para isso a própria índole do sistema, segundo a qual a maior rentabilidade dos empreendimentos é que determina a sua escolha para a aplicação dos incentivos. Como os empreendimentos industriais são, via de regra, mais rentáveis do que os agrícolas, os incentivos se desviam para os primeiros, que se localizam preferencialmente na zona urbana, deixando quase totalmente desprotegida a atividade rural, de modo particular a desenvolvida pelo pequeno e médio produtor".

Assim, a alocação de recursos oriundos de incentivos fiscais aplicados mediante participação acionária tem-se revelado inadequada ao pretendido desenvolvimento do setor agrícola, merecendo ser gradativamente substituída por novos instrumentos de ação econômica, mediante a implantação de um eficiente sistema de crédito específico à agricultura.

03.

Nesse sentido, a Exposição de Motivos Ministerial, da qual resultou o Decreto 70.677 de 06-06-72 (Instruções para a execução do PROTERRA), referindo-se ao assunto, diz no item 14: "Ao mesmo tempo está se implantando linha de atuação no financiamento de projetos agropecuários e agroindustriais, em substituição progressiva aos incentivos fiscais."

Por outro lado, o Plano Nacional de Desenvolvimento inclui em suas definições básicas referentes à política fiscal o "aperfeiçoamento sistemático da execução do sistema de incentivos fiscais, regionais e setoriais, pela utilização de critérios de rigorosa prioridade" (Suplemento ao Diário Oficial da União, ed. de 08-11-71, Seção I, Parte I, pág. 14).

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 01-09-72, decidiu criar um Grupo de Trabalho, integrado por representantes do Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil, para examinar problemas relacionados com incentivos fiscais e com o PROTERRA, (para onde estão sendo destacados 20

04.

daqueles incentivos) ficando a coordenação do Grupo a cargo do representante do Ministério do Interior.

Aquele Conselho, em sessão de 24-10-72, estabeleceu que os financiamentos de projetos agropecuários de valor inferior ou igual a 20.000 salários mínimos serão contemplados com sub sídio integral do PROTERRA.

Impõe-se, portanto, a esta altura, a necessidade de compatibilizar a utilização de recursos do PROTERRA com a dos incentivos fiscais do "sistema 34/18".

Diante das medidas referidas e já adotadas e como providência preliminar, enquanto se aguarda as demais definições governamentais sobre o assunto, e tendo em vista o que dispõe o Art. 24, do Decreto 64.214, de 18 de março de 1969 considero oportuno baixar a presente Portaria:

Art. 1º - As cartas consultas relativas a projetos agropecuários, cujo montante das inversões totais previstas seja igual ou inferior a 20.000 vezes o valor do maior salário mínimo vi-

05.

gente no País, a partir desta data, não serão mais apreciadas pela Secretaria Executiva, podendo os projetos respectivos, na forma da legislação vigente, ser submetidos aos agentes financeiros do PROTERRA, para fins de obtenção de financiamento.

Art. 2º - Em casos excepcionais, em função de alta prioridade que representam para o desenvolvimento do Nordeste e de peculiaridades, tais como a existência e possibilidade de aplicação exclusiva de incentivos fiscais do próprio empresário, e conforme parecer fundamentado da Secretaria Executiva, aprovado através de resolução do Conselho Deliberativo desta Autarquia, projetos agropecuários poderão ser contemplados com recursos do "Sistema 34/18" independentemente do disposto na presente portaria, observada a legislação relativa aos incentivos fiscais administrados por esta Autarquia.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Recife, 01 de dezembro de 1972

*Evanero Moreira de Souza Lima*  
Evanero Moreira de Souza Lima  
Superintendente

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Portaria n. 133/73, de 15 de março de 1973

EMENTA: PESSOA JURÍDICA.  
*INCENTIVOS FISCAIS.*  
*SUDENE.*

*Crítérios adotados para a concessão de incentivos fiscais do "Sistema 34/18".*

(Eletrofotostática de cópia do original, com redução, executada pela Editora Resenha Tributária Ltda. - São Paulo)

Escritório da SUDENE em São Paulo  
Av. Angélica, 626 - Telefones: 51-0713 e 52-3179



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PORTARIA Nº 133/73

Dispõe sobre critérios para a concessão de incentivos fiscais do "Sistema 34/18".

O Superintendente da SUDENE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto 52.346, de 12 de agosto de 1963, combinado com o art. 59 do Decreto nº 64.214, de 18 de março de 1969, e

Considerando que alguns setores da economia regional já se encontram atendidos em condições satisfatórias, quer por empreendimentos implantados, quer pelos projetos em fase de execução, quer através de carta-consulta respondida favoravelmente;

Considerando a necessidade de se observar as prioridades estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste;

Considerando a necessidade de ser mantido um adequado equilíbrio entre o volume de recursos comprometidos com projetos aprovados e a disponibilidade de recursos depositados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, à ordem da SUDENE;

Considerando as diretrizes e recomendações constantes da legislação de incentivos fiscais, no que tange à administração, pela SUDENE, dos recursos deduzidos do Imposto de Renda para aplicação no Nordeste;

Considerando, ainda, os benefícios que advirão para a Região com a utilização mais efetiva pelos empresários de outras fontes de recursos, para composição dos esquemas de financiamento de seus projetos, juntamente com recursos do "Sistema 34/18".

R E S O L V E:

Art 1º - Terão respostas liminarmente negativas, para efeito de aporte de recursos do "Sistema 34/18", as cartas-consultas relativas a projetos que:

SERVICO PUBLICO FEDERAL

41 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

02

- I - Não se enquadrem no Plano de Desenvolvimento do Nordeste;
  - II - Objetivem a fabricação dos produtos constantes de relação estabelecida pela Secretaria Executiva, exceto quando destinados, comprovadamente, ao mercado internacional;
  - III - O grupo líder do Projeto não demonstre possuir mediante análise sumária, a nível Departamental, experiência empresarial ou capacidade financeira suficiente para realizar o empreendimento;
  - IV - Objetivem a ampliação ou a complementação de projetos já aprovados pela SUDENE, antes de sua entrada em funcionamento;
  - V - O grupo líder participe do controle acionário de outros projetos aprovados pela SUDENE e que não esteja cumprindo, satisfatoriamente, a juízo da Secretaria Executiva, o cronograma físico-financeiro dos projetos em implantação;
  - VI - Contemplem inversões fixas, destinadas a empreendimentos industriais, de valor igual ou inferior a 30.000 (trinta mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- § 1º- A relação dos produtos, de que trata o item II, será revista, periodicamente, sempre que se fizer necessário.
- § 2º- Ressalvado o disposto no item IV, a aprovação de projetos de ampliação ou complementação ficará, ainda, condicionada à execução do cronograma físico financeiro do respectivo projeto em implantação, nas seguintes proporções:
- a) 100% (cem por cento), para os projetos agropecuários;
  - b) 80% (oitenta por cento), para os projetos industriais.
- § 3º- Não se aplica o disposto no item VI, quando os recursos do "Sistema 34/18", previstos para o projeto, forem oriundos:



SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
MI - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

03.

- a) Da própria empresa beneficiária;
- b) De empresa pertencente ao mesmo grupo empreendedor da beneficiária, a critério da SUDENE.

Art. 2º - A Secretaria Executiva da SUDENE não utilizará a faculdade de acréscimo de até 10 (dez) pontos prevista no parágrafo único, do art. 32, do Decreto nº 64 214/69, em relação aos projetos a serem aprovados.

Art. 3º - A Secretaria Executiva fará deduções de 15 (quinze) pontos, no total de pontos atribuídos a cada projeto, de acordo com o que dispõe o art. 32, parágrafo único, e art. 41, do Decreto 64 214/69, nos casos de ampliação ou complementação de projetos em funcionamento, já beneficiados com recursos do "Sistema 34/18".

§ 1º - A dedução de que trata o "caput" deste artigo não poderá reduzir a participação de recursos do "Sistema 34/18" além da Faixa de Prioridade imediatamente anterior, conforme classificação estabelecida nos termos do art. 31, do Decreto 64 214/69.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos localizados nos Estados do Maranhão e Piauí.

Art. 4º - Fica estabelecido que, para fins de contrapartida de recursos do "Sistema 34/18", o valor dos terrenos dos projetos industriais será fixado com base nas tabelas dos Distritos Industriais Públicos mais próximos, salvo casos excepcionais em que a localização do empreendimento seja determinada, por fatores técnicos, em área de maior valorização, a juízo da Secretaria Executiva da SUDENE.

Art. 5º - Os Diretores do Departamento de Industrialização (DI) e do Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA) ficam autorizados a fixar, em Ordem de Serviço, para as fases de análise e de fiscalização, os limites e critérios para as despesas de implantação e gastos com a construção civil, referentes aos projetos apresentados à SUDENE.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos projetos em fase de análise e aos já aprovados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MI - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

04.

Art. 6º - Os valores relativos à construção civil, fixados para os projetos a nível de análise, somente poderão ser corrigidos monetariamente através de índices de custo de construção divulgados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Fundação Getúlio Vargas (FUV).

Art. 7º - Nos projetos de beneficiamento e/ou transformação de produtos minerais que incluam em seus investimentos jazidas, só serão admitidos, para efeito de contrapartida do "Sistema 34/18", as que possuam decreto de lavra, em nome da empresa, sendo-lhe atribuído o valor máximo correspondente ao volume de minério consumível durante a vida útil do conjunto das instalações e equipamentos industriais

Art. 8º - A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Recife, 15 de março de 1973

*Evandro de Souza Lima*

Evandro de Souza Lima  
Superintendente.

GS/SECRE  
/ednr.

Fonte: MINISTÉRIO DO INTERIOR - SUDENE. 1970. *Sistemática de Aplicação dos Recursos dos Artigos 34 e 18 com as alterações do Decreto 65970/69*. Recife - Departamento de Industrialização. 40p.